

ATA N.º 5/2014
do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 30 de abril de 2014, pelas 15h30, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a ordem de trabalhos que se anexa (Documento 1).

Estiveram presentes os Professores Doutores Maria Fernanda Palma, Pedro Romano Martinez, Luís Lima Pinheiro, Pedro Pais de Vasconcelos que presidiu, Duarte Nogueira, Pedro Barbas Homem, Fernando Araújo, Maria do Rosário Palma Ramalho, Ana Paula Costa e Silva, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho, Maria Luísa Duarte, Eduardo Santos Júnior, Jorge Duarte Pinheiro, Jorge Reis Novais, Ana Paula Dourado, David Duarte, Miguel Moura e Silva, Alexandra Leitão e Míriam Afonso Brigas.

Justificaram a sua ausência o Professor António Menezes Cordeiro, tendo sido substituído pela Professora Maria Raquel Rei, o Professor Eduardo Paz Ferreira, que foi substituído pelo Professor Nuno Cunha Rodrigues e o Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto, substituído pelo Professor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos. Justificaram também a sua ausência o Professor Dário Moura Vicente, que foi substituído pela Professora Margarida da Silva Pereira e o Professor Luís Morais, que foi substituído pelo Professor Pedro Caridade de Freitas. Esteve igualmente presente o Mestre David Carvalho Martins, em representação dos assistentes.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa esteve também presente a convite do Presidente do Conselho Científico.

1. Informações prévias à sessão

O Presidente do Conselho Científico começou por se referir à solicitação do Professor David Duarte, no sentido de ser incluído na ordem de trabalhos desta sessão as matérias relativas ao Gabinete de Consultoria Jurídica, cujos elementos foram circulados pelos membros do Conselho. Foi referido pelo Professor David Duarte que, de acordo com as normas aplicáveis, desde que exista a aprovação por 2/3 dos elementos presentes se poderia proceder à respetiva análise, o que foi admitido.

O Presidente do Conselho fez ainda referência ao pedido do Professor Dário Moura Vicente, Presidente do Instituto da Cooperação, para a integração das matérias relativas a esta unidade administrativa técnico-científica ser igualmente discutida na presente

sessão, tendo o Presidente referido que estas matérias podiam ser tratadas pela Comissão Permanente. O Presidente informou ainda que a próxima sessão teria lugar a 21 de maio de 2014.

2. Aprovação de Ata de 09.04.2014

O Presidente do Conselho começou por se referir ao envio da Ata n.º 4/2014, de 9 de abril, aos membros do Conselho, tendo apenas sido recebidos os comentários do Professor Pedro Romano Martinez, relativos à substituição da Professora Ana Paula Costa e Silva pelo Professor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos, situação que, no seu entender, não podia ter ocorrido, uma vez pertencerem a listas diferentes, devendo as substituições ter lugar dentro das respetivas listas. O Presidente esclareceu o Conselho que tinha ocorrido um lapso, que foi imediatamente corrigido, tendo o Professor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos substituído o Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto. O Professor Pedro Romano Martinez interveio esclarecendo que, embora não tivesse estado presente, tinha conhecimento que o Professor Vera-Cruz tinha estado na reunião e que tinha tido intervenção na mesma.

A Professora Maria do Rosário da Palma Ramalho referiu que as substituições devem observar a respetiva ordem nas listas. Salientou ainda que se recordava que na anterior sessão as deliberações tinham tido lugar por consenso, pelo que, caso tivesse ocorrido alguma irregularidade se poderia resolver a situação com a ratificação pelo atual Conselho das deliberações tomadas na anterior sessão, o que colocava à consideração do Conselho. A Professora Maria Fernanda Palma salientou igualmente a importância de o Conselho não ser um Conselho de substituições, devendo haver um esforço para que os Membros efetivos estejam presentes.

O Professor Jorge Duarte Pinheiro esclareceu também que se recordava que o Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto tinha entrado na sessão, mas não tinha tido nenhuma intervenção, tendo saído passado pouco tempo. O Presidente do Conselho referiu que não tinha ocorrido nenhuma substituição irregular, já que o Professor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos tinha substituído o Professor Eduardo Vera-Cruz, que embora tivesse entrado na última sessão do Conselho e saído da sala passado pouco tempo, facto que foi comunicado pelo próprio ao Presidente, pediu para a sua substituição se manter. O Presidente referiu ainda que situações como a referida podiam ser evitadas através de um contato direto via telefone ou para o email do Presidente do Conselho Científico.

A Professora Maria Fernanda Palma referiu que não se recordava dos termos em que tinha ocorrido a intervenção do Professor Eduardo Vera-Cruz, salientando ser importante que as substituições ocorressem de acordo com as listas. Esclareceu ainda que votava favoravelmente a ata. A ata foi aprovada por maioria, tendo o Professor Pedro Romano Martinez informado que enviaria a respetiva declaração de voto, que seria anexa à Ata de 09.04.2014.

3. Mestrados e Doutoramentos.

Constituição de júris e admissões

O Presidente começou por esclarecer o Conselho que era importante definir a articulação existente entre a Comissão de Estudos Pós-Graduados e o Conselho Científico, nomeadamente nas matérias relativas à constituição de júris de mestrado e de doutoramento. Mencionou ainda que não existe uma delegação formal na Comissão de Estudos Pós-Graduados, o que não significa, em momento algum, um esvaziamento das competências desta Comissão. Para esse efeito, foi solicitada a pronúncia dos Membros presentes no Conselho que assumiram a presidência desta Comissão, bem como o atual Presidente. Neste sentido, interveio o Professor Miguel Moura e Silva, que referiu que a questão não se deve centrar na existência de uma delegação de competências, mas nos regulamentos existentes em matéria de mestrados que habilitam a Comissão de Estudos Pós-Graduados. Referiu ainda que existiram documentos que circularam pelos membros do Conselho, relativos a Mestrados e Doutoramentos, de que o Presidente da Comissão não tem conhecimento e cujo conteúdo funcional se relaciona diretamente com a Comissão. Foi ainda mencionado que a Comissão não deve funcionar apenas como uma Comissão de Acreditação, salientando a importância da articulação entre o Conselho Científico e a Comissão de Estudos Pós-Graduados, sob pena de se dar a imagem para o exterior de desarticulação. Questionou ainda o Conselho se esta Comissão deveria efetuar o trabalho preparatório em matéria de constituição de júris.

O Professor Lima Pinheiro interveio de seguida, referindo que em matéria de Estudos Pós-Graduados existe uma pluralidade de regulamentos aplicáveis, inexistindo um regulamento geral sobre esta temática. Reconhece que pode existir utilidade na centralização de competências nestas matérias, podendo a Comissão de Estudos Pós-Graduados funcionar com um papel moderador relativamente aos vários Grupos da Escola. O Professor Lima Pinheiro considera importante que o Conselho Científico se

pronuncie sobre o âmbito de competência da Comissão de Estudos Pós-Graduados, esclarecendo que quando tinha a Coordenação dos Estudos Pós-Graduados o Conselho decidiu que a Comissão de Estudos Pós-Graduados receberia os elementos dos Serviços e as propostas dos Grupos e transmiti-los-ia à Secretária do Conselho Científico, mas esta deliberação não foi observada pelos intervenientes.

A Professora Maria do Rosário da Palma Ramalho esclareceu o Conselho que quando exerceu funções antes da existência da Comissão de Estudos Pós-Graduados o responsável pela área procedia à recolha nos serviços dos pedidos de constituição de júris que iam depois aos decanos dos Grupos e posteriormente eram levados ao Conselho Científico. Este procedimento continuou a ser observado após o aparecimento da Comissão de Estudos Pós-Graduado. Esclareceu assim, que as propostas de constituição de júris sempre foram aos Grupos da Escola, sendo o papel da Comissão de natureza administrativa. Este uso preencheu, assim, a inexistência, à época, de Regulamento sobre esta matéria. Desta forma se asseguravam as funções da Comissão e a intervenção do Conselho Científico. Com a alteração da presidência do Conselho Científico existiram vários pedidos de júris de mestrado que ficaram a aguardar desenvolvimento, sendo necessário proceder à constituição dos mesmos. Neste sentido, a Comissão Permanente foi solicitada pelos serviços, não havendo, portanto, nenhuma substituição de competências, havendo agora que proceder à normalização dos procedimentos. Referiu ainda que a competência de constituição de júris não foi nunca da Comissão de Estudos Pós-Graduados.

O Professor David Duarte interveio para esclarecer que a competência em discussão é do Diretor, nos termos do disposto nos Estatutos. O Presidente do Conselho informou que esta competência tem sido exercida em articulação com o Diretor. A Professora Maria Fernanda Palma secundou o afirmado pela Professora Maria do Rosário da Palma Ramalho, mencionando que na definição destas competências não se devia ficar limitado ao disposto em Regulamentos. Referiu ainda que sempre se observou o princípio de as constituições de júris serem efetuadas pelos Grupos, não vendo fundamento para se proceder a qualquer alteração. Foi ainda esclarecido que no Grupo de Jurídicas sempre se procurou concertar a constituição de júris entre os vários especialistas nas matérias em discussão. Não deve, por isso, existir qualquer confusão nas legitimidades atribuídas, uma vez que a constituição de júris é uma matéria de natureza estritamente científica, logo, da competência do Conselho. Foi ainda mencionado que o apego a regulamentos é normalmente uma atuação de quem não tem formação jurídica, pelo que se manifesta

contrária a um procedimento que esvazie as competências dos Grupos na constituição dos júris.

O Professor Miguel Moura e Silva esclareceu que não pretende, em momento algum, substituir-se aos Grupos, solicitando apenas a definição de um procedimento. A Professora Maria Luísa Duarte referiu ser indispensável depositar confiança nos vários elementos com competência em matéria de constituição de Júris. Esclareceu ainda que interpreta o pedido do Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados como uma solicitação no sentido desta Comissão acompanhar o processo de constituição de júris, à qual deverá ser fornecida a informação disponível.

O Professor Vasco Pereira da Silva referiu ser necessário definir o âmbito de atuação da Comissão de Estudos Pós-Graduados. Trata-se de questões de organização, que deverão observar os Regulamentos em vigor, em articulação com o definido pelo Conselho Científico. Referiu ainda tratar-se de competência do Diretor, devendo, no entanto, existir uma ligação entre a Comissão de Estudos Pós-Graduados e os Serviços. Neste sentido, a competência material é dos Grupos respetivos, devendo a Comissão Permanente entregar os júris constituídos ao Conselho Científico.

A Professora Maria Fernanda Palma salientou que como cada Grupo tem um representante na Comissão Permanente esta articulação será facilmente efetuada. O Presidente do Conselho concluiu assim, que a Comissão de Estudos Pós-Graduados recolhia junto dos serviços da Divisão Académica a informação sobre Estudos Pós-Graduados e pedia aos grupos científicos as propostas de júris, enviando seguidamente as propostas à Comissão Permanente para preparação da agenda do Conselho Científico, sendo as propostas apresentadas pelo Professor Coordenador dos Estudos Pós-Graduados. A Professora Maria João Estorninho questionou o Presidente se após esta aprovação poderia ocorrer alguma alteração da composição proposta, tendo sido esclarecido que tal não poderia ocorrer. O Professor Fernando Araújo salientou que o procedimento definido devia ocorrer de forma célere.

O Presidente apresentou ao Conselho as constituições de júris de Mestrado de Ciências Jurídico-Económicas e de Ciências Jurídico-Políticas, em anexo (Documentos 2 e 3). Foram ainda apresentadas ao Conselho as listagens relativas à preparação da dissertação de mestrado, no âmbito do Mestrado Científico dos candidatos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2012/2013 (Documento 4). Foram também apresentados os pedidos de alteração do tema de dissertação de Mestrado, os pedidos de coorientador de mestrado e o pedido extemporâneo de

candidatura à 2.^a fase de mestrado (Documento 5). O Conselho aprovou por unanimidade os projetos de constituição, bem como a listagem mencionada e os pedidos referidos, sendo os mesmos posteriormente apresentados ao Diretor, entidade com competência para a aprovação.

A Professora Maria Fernanda Palma questionou o Conselho se a classificação média para aceder ao doutoramento podia resultar de classificação obtida em disciplinas que não têm relação com a área de doutoramento. Esclareceu o Conselho que colocava esta questão visto ter tomado conhecimento de alunos que acedem ao doutoramento nestas situações, com teses de mestrado fracas. O Presidente do Conselho alertou para o facto de se verificar um abaixamento do nível das teses apresentadas, situação que deve ser evitada, alertando para a exigência na atribuição das classificações.

O Presidente do Conselho referiu-se, de seguida, aos júris de doutoramento em anexo (Documento 6), os quais circularam pelos membros do Conselho, projetos que foram aprovados por unanimidade, sendo posteriormente apresentados ao Diretor, entidade com competência para a aprovação.

O Presidente esclareceu o Conselho da existência de várias situações de doutoramento "per saltum", que abrangiam casos em que os candidatos solicitam a preparação da dissertação de doutoramento, não tendo concluído o mestrado ou equivalente, mas realizado a parte curricular do mesmo. Para o efeito, o Presidente do Conselho enunciou vários casos, conforme o disposto em anexo (Documento 7). Foi ainda referido ser importante que o Conselho defina um critério aplicável a estas situações, tendo sido enunciado o regime atualmente vigente, na sequência da deliberação do Conselho Científico de 28 de março de 2012: "A Faculdade só recomenda a preparação da dissertação de doutoramento a candidatos que não tenham concluído o mestrado ou equivalente quando, por verificação consensual dos professores do Grupo de Disciplinas pertinente, eles tenham obtido classificação média não inferior a 18, na parte escolar ou demonstrem, por outra via, um nível compatível com essa classificação".

O Professor Vasco Pereira da Silva referiu ser esta uma matéria que deve ser objeto de uma decisão do Conselho, considerando a variedade de situações existentes. O Professor Lima Pinheiro mencionou que as situações "per saltum" devem ser excecionais, já que o mestrado é uma etapa necessária para avaliar o candidato. Referiu ainda ser de manter o disposto na deliberação do Conselho já existente, que estabelece os 18 valores como critério de dispensa, considerando discutível a aplicação deste regime quando nos encontramos perante alunos com 17 valores ou menor classificação.

O Professor Santos Júnior considerou que as situações trazidas ao Conselho deverão ser apreciadas pelo regime em vigor. Relativamente ao futuro, poderão ser ponderadas outras soluções, considerando vários critérios. Salientou ainda a importância dos vários momentos de avaliação para a progressão académica do candidato, nomeadamente a realização do mestrado.

A Professora Ana Paula Dourado considera razoável a deliberação atualmente existente, devendo a mesma ser interpretada de forma a averiguarmos se se justifica proceder a alguma alteração. Mencionou ainda que, em vários casos, é útil que os candidatos passem pelo mestrado ou que realizem a parte escolar do curso de doutoramento. Deverá portanto, em seu entender, existir uma ponderação casuística pelos Grupos da aplicação da regra vigente, evitando a massificação dos doutoramentos.

O Professor David Duarte solicitou ainda informação acerca da data de entrada dos requerimentos dos candidatos "per saltum", esclarecimento que foi prestado pelo Presidente do Conselho, conforme indicação nos documentos em anexo. O Professor Fernando Araújo subscreveu a posição da Professora Ana Paula Dourado. O Professor Marcelo Rebelo de Sousa esclareceu que estas situações devem ser levadas ao conhecimento dos Grupos da Escola, que se devem pronunciar sobre a sua eventual admissibilidade. O Professor David Duarte salientou que seria importante que a tramitação a observar nestes procedimentos fosse mais célere. O Professor Lima Pinheiro referiu ser indispensável a existência de uma proposta pelo Grupo respetivo a que o candidato pertença.

Foi ainda referido pelo Presidente o pedido de admissão a doutoramento com dispensa da parte curricular do Dr. Jorge Manuel da Silva Sampaio, que concluiu a parte escolar de mestrado em Ciências Jurídico-Políticas com a classificação de 18 valores. A Professora Alexandra Leitão alertou o Conselho para o facto de esta ser uma situação diferente das anteriores, não podendo os Serviços analisar este caso com as regras referidas para os doutoramentos "per saltum". O Conselho aprovou por unanimidade a admissão a doutoramento do Dr. Jorge Manuel da Silva Sampaio.

O Presidente mencionou que os pedidos de doutoramento "per saltum" seriam remetidos aos Grupos respetivos para análise. Relativamente aos pedidos efetuados por alunos com classificações inferiores a 17, não poderiam ser admitidos ao doutoramento "per saltum", informando-se os candidatos em conformidade.

O Professor Lima Pinheiro referiu ainda que a Divisão Académica está a exigir aos candidatos com média no curso de Doutoramento para admissão automática à

preparação da tese a apresentação de um plano da tese e de um parecer do orientador, o que não tem fundamento no Regulamento de Estudos Pós-Graduados da Universidade de Lisboa, esclarecendo o Presidente que iria informar os serviços de que é apenas necessário juntar ao requerimento de admissão uma declaração de aceitação do orientador.

Gabinete de Consultoria

Procedeu-se, de seguida, à discussão da proposta apresentada pelo Professor David Duarte para o Gabinete de Consultoria, a qual foi aprovada por unanimidade do Conselho, tendo circulado previamente pelos seus membros, nos termos em anexo (Documento 8).

4. Reforma dos Estudos Pós-Graduados

O Presidente do Conselho referiu-se aos documentos circulados pelos membros do Conselho, nos termos constantes da Ata de 09.04.2014, dando a palavra ao Professor Miguel Moura e Silva, Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados. O Professor Miguel Moura e Silva salientou o período de tempo limitado para o processo de acreditação dos cursos de mestrado e de doutoramento, solicitando ao Conselho a adoção de uma posição sobre a documentação circulada. Informou igualmente que as propostas em análise tinham também sido enviadas ao Conselho Pedagógico.

O Professor Vasco Pereira da Silva referiu-se ainda ao Programa *Erasmus Mundus*, que é uma variante do Mestrado Profissionalizante.

A Professora Maria Fernanda Palma referiu-se ao mestrado das Ciências Jurídicas, salientando que seria interessante que se procedesse à articulação das Ciências Jurídico-Criminais com outros domínios do direito, como sucede relativamente ao Direito Internacional e ao Direito Constitucional. O Professor Miguel Moura e Silva referiu não ser possível estabelecer esse âmbito de articulação, tendo sido incluídas as disciplinas indicadas pelos Grupos. A Professora Maria do Rosário da Palma Ramalho salientou que a preocupação manifestada pela Professora Maria Fernanda Palma é extensível a outras áreas, o que deverá ser refletido é se, no momento, é exequível a apresentação de outro plano de estudos, o que parece não ser. A Professora Alexandra Leitão interveio referindo que a disciplina de Direito do Urbanismo no mestrado em Direito



Administrativo não se circunscreve às áreas urbanas de génese ilegal, pelo que essa referência deve ser retirada da designação da disciplina. Referiu-se ainda ao facto de existirem disciplinas incluídas no plano de mestrados a fornecer pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, como Direito Nobiliárquico ou Genealogia, cujo conteúdo é discutível, considerando o aproveitamento de recursos humanos da Escola e a abolição dos títulos nobiliárquicos em Portugal. O Professor David Duarte acompanhou a Professora Alexandra Leitão. O Professor Fernando Araújo mencionou que seria necessário considerar a fundamentação invocada pelos proponentes das disciplinas indicadas pela Professora Alexandra Leitão. O Professor Duarte Nogueira informou que as disciplinas tinham sido propostas pelo Professor Menezes Cordeiro, que não estava presente na reunião, devendo aguardar-se pela justificação. O Presidente acompanhou os Professores Fernando Araújo e Duarte Nogueira nas suas posições. O Professor Miguel Moura e Silva referiu ainda que o Professor Menezes Cordeiro fundamentou a inclusão das disciplinas em referência. O Professor Marcelo Rebelo de Sousa referiu que era importante que ficasse claro que o Conselho não questiona a proposta apresentada por um Grupo da Escola, devendo procurar auscultar a fundamentação de suporte. A Professora Fernanda Palma referiu que os argumentos apresentados pelo Professor Menezes Cordeiro devem ser considerados, mas alertou para a relevância de outras áreas do direito, como o direito anglo-saxónico e o direito islâmico.

As propostas circuladas relativas à reforma dos Estudos Pós-Graduados foram aprovadas na generalidade.

O Presidente agradeceu a presença do Professor Decano da Escola, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, referindo estar sempre convidado a participar nas sessões do Conselho.

5. Distribuição do serviço docente para o ano letivo de 2014/2015 – Aspetos Gerais

O Professor Jorge Duarte Pinheiro salientou a urgência deste ponto da ordem de trabalhos, tendo em vista a preparação atempada do ano letivo de 2014/2015. Neste sentido, referiu-se aos elementos circulados pelos membros do Conselho, nos termos anexos a Ata de 09.04.2014.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa considerou pertinente a informação distribuída porque permite uma melhor organização dos Grupos e um conhecimento atempado das



regras aplicáveis nesta matéria. Salientou ainda que a matéria da distribuição do serviço docente deveria ser efetuada sempre em articulação entre o Presidente do Conselho Científico e o Diretor. Mencionou igualmente ser importante assegurar, em matéria de distribuição de serviço docente, o equilíbrio entre a concessão de dispensa de serviço e a atividade docente, que tem de ser sempre assegurada. O representante dos assistentes, o Mestre David Carvalho Martins referiu que nem todos os assistentes podem solicitar dispensa de serviço, só os de carreira, estando afastados os docentes convidados. Solicitava, por isso, que fosse tido em consideração este elemento na distribuição do serviço docente para o próximo ano letivo, permitindo que os assistentes convidados que se encontram a realizar as teses de doutoramento as possam entregar. A Professora Alexandra Leitão referiu-se ainda ao conhecimento que resulta dos elementos fornecidos das disciplinas que funcionaram com um determinado número de alunos, o que permite a previsão do que se poderá fazer no próximo ano letivo. A Professora Maria do Rosário da Palma Ramalho cumprimentou o Diretor, Professor Jorge Duarte Pinheiro, pelo trabalho apresentado, referindo a inovação de termos uma quantificação nesta matéria. Entende a documentação enviada como uma base de trabalho para os Grupos efetuarem a distribuição de serviço docente, permitindo igualmente aferir que algumas das deliberações do Conselho Científico não foram executadas.

A Professora Maria João Estorninho suscitou igualmente informação sobre alguns dos elementos circulados pelos membros do Conselho, nomeadamente as cargas letivas a que os docentes estavam obrigados, tendo o Professor Jorge Duarte Pinheiro informado que, nos termos da legislação aplicável, se deveria atender à carga horária de 6 a 9 horas letivas. O Professor Fernando Araújo secundou o afirmado pela Professora Maria João Estorninho, referindo que a distribuição de carga letiva vai impedir a renovação do corpo docente da Faculdade de Direito nos próximos anos. Salientou também que era a primeira vez que havia informação disponibilizada sobre a quantificação de recursos, o que deve ser valorizado.

O Professor Jorge Duarte Pinheiro solicitou que na próxima reunião do Conselho, dia 21 de maio, fossem apresentadas as propostas de distribuição de serviço docente para o próximo ano letivo.

6. Relações Internacionais



O Professor Vasco Pereira da Silva deu conhecimento ao Conselho das iniciativas desenvolvidas pelo Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais no 2.º semestre do ano letivo de 2013/2014, indicando o número de alunos inscritos nos seguintes Cursos:

1. *Introdução à Constituição Norte Americana*, sob a coordenação do Professor Russell Weaver (University of Louisville), com a duração de 10 horas, que teve lugar de 7 a 10 de abril de 2014, sendo lecionado em inglês. Teve 136 alunos inscritos.
2. *Direito Comparado das Obrigações*, sob a coordenação do Professor Dário Moura Vicente (Universidade de Lisboa), com a duração de 10 horas, que teve lugar de 22 a 24 de abril de 2014, sendo lecionado em inglês. Teve 67 alunos inscritos.
3. *Soft Skill for lawyers*, sob a coordenação da Professora Rute Saraiva, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em colaboração com o Professor Mário Ferreira da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, com a duração de 10 horas, que teve início a 28 de abril e terminará a 2 de maio de 2014, com 69 alunos inscritos.
4. *Justiça Constitucional Comparada: Portugal e Espanha*, sob a coordenação do Professor Francisco Fernández Segado, da Universidade Complutense de Madrid, com a duração de 10 horas, que teve início a 28 de abril e terminará a 2 de maio de 2014, com 40 alunos inscritos.

O Professor Vasco Pereira da Silva referiu-se ainda ao II Encontro Mundial de Doutorandos, a ter lugar de 15 a 19 de junho de 2014, em Lisboa. A Faculdade de Direito vai acolher 50 doutorandos provenientes de todos os quadrantes do globo, com o objetivo de sedimentar uma lógica de intercâmbio transnacional e de troca de experiências entre investigadores e doutorandos de vários países, com vista à criação de uma verdadeira rede global de investigadores científicos.

Foi ainda referido o aniversário do Professor Peter Häberle, no dia 13 de maio, que é Professor *Honoris Causa* da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo sido promovida uma iniciativa do Gabinete Erasmus, a que se associou o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, nos termos em anexo (Documento 9).

Foi igualmente feita referência ao primeiro Mestrado Científico em Cotutela, que teve lugar no dia da presente reunião, em que a coorientação foi atribuída ao

Professor Pasquale Pistone, da Universidade de Salerno.

O Professor Vasco Pereira da Silva apresentou ainda ao Conselho uma proposta dos Professores Nuno Cunha Rodrigues e Rui Guerra da Fonseca no sentido de serem ministradas disciplinas em língua inglesa nos vários Mestrados Profissionalizantes, colocando ao Conselho a disponibilidade de outras disciplinas seguirem igualmente este procedimento (Documento 10). Foi ainda mencionado que a Escola já oferece aos alunos Erasmus a leção em inglês das disciplinas de Contencioso Administrativo e Tributário, Direito Comparado e Direito do Ambiente. Refira-se ainda que os alunos de Erasmus procuram frequentemente outras disciplinas, cuja leção em inglês não é oferecida, sendo necessário, para os acolher, encontrar outras soluções. Refira-se que estas disciplinas serão também abertas aos alunos nacionais que as queiram frequentar. O Professor Duarte Nogueira referiu que o facto de apenas serem ministradas algumas disciplinas em língua inglesa não era a solução ideal, contrariamente à situação em que todas as disciplinas fossem lecionadas em língua inglesa. O Professor Vasco Pereira da Silva informou também o Conselho que o Professor Dário Moura Vicente tem também garantido a leção, em Direito Comparado, de uma turma em língua inglesa, com sucesso, revelando-se uma iniciativa que deveria ser difundida em outras disciplinas. Foi igualmente referido que a Faculdade de Direito é a única universidade portuguesa que ministra um mestrado conjunto europeu, com as Faculdades de Hannover, Rouen e Vilnius, integrado no Programa *Erasmus Mundus*. O Professor Miguel Moura e Silva apoiou a iniciativa apresentada, considerando que este deverá ser um dos objetivos estratégicos da Escola, no sentido da internacionalização, traduzindo um investimento pessoal dos docentes e da universidade. Foi também referido que a Universidade Nova de Lisboa não ministra mestrados em língua inglesa. O Professor Nuno Cunha Rodrigues referiu que com esta iniciativa se promove a concorrência com outras universidades, uma vez existir procura deste ensino. O Professor Duarte Nogueira referiu ter conhecimento de um mestrado em Barcelona em que havia a possibilidade de os alunos frequentarem as disciplinas em mais que uma língua.

A Professora Alexandra Leitão apoiou a iniciativa, considerando um bom exercício. A Professora Maria João Estorninho secundou a iniciativa, manifestando disponibilidade para ministrar igualmente em língua inglesa na disciplina que leciona no mestrado, Direito Administrativo da Alimentação.

A proposta por aprovada na generalidade.

O Professor Fernando Araújo referiu-se, de seguida, ao Instituto Luso-Brasileiro, do qual



é Presidente, informando que iria reunir com o Diretor para a articulação sobre os vários assuntos relativos ao Instituto.

O Presidente do Conselho informou ainda ser sua intenção agendar sessões temáticas para as várias unidades administrativas técnico-científicas, de forma a ser possível analisar com maior profundidade as questões inerentes a cada pelouro.

7. Pessoal

Licenças Sabáticas e Avaliação de período experimental de docentes.

O Conselho tomou conhecimento dos pedidos de licença sabática das Professoras Carla Amado Gomes e Maria Fernanda Palma e dos Professores Duarte Nogueira, Dário Moura Vicente e Pedro Albuquerque. Saíram da sala os Professores com categoria inferior à do Solicitante, quando da deliberação sobre os pedidos relativos aos pontos 1, 2, 3 e 4, assumindo o Presidente do Conselho Científico o secretariado da sessão.

1. Professora Maria Fernanda Martins Palma - professora catedrática do Grupo de Ciências Jurídicas, com contrato de trabalho em funções públicas, *tenure* desde 5 de fevereiro de 2007. Requer a concessão de licença sabática para o segundo semestre do ano letivo de 2014/2015, nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, para a realização de trabalhos académicos.
2. Professor Duarte Nogueira - professor catedrático do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas, com contrato de trabalho em funções públicas, desde 14 de março de 2007. Requer a concessão de licença sabática para o ano letivo de 2014/2015, nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, para a realização de trabalhos académicos.
3. Professor Dário Moura Vicente - professor catedrático do Grupo de Ciências Jurídicas, com contrato de trabalho em funções públicas, *tenure*, desde 22 de Setembro de 2010. Requer a concessão de licença sabática para o ano letivo de 2014/2015, para a realização de trabalhos académicos.
4. Professor Pedro Cabral Corte-Real de Albuquerque - professor associado do Grupo de Ciências Jurídicas, com contrato de trabalho em funções públicas desde 21 de novembro de 2008. Requer a concessão de licença sabática para um semestre (1.º semestre) do ano letivo de 2014/2015, nos termos do n.º 2 do



artigo 77.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, para a realização de trabalhos académicos.

5. Professora Carla Amado Gomes – professora auxiliar do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, com contrato de trabalho em funções públicas, desde 13 de fevereiro de 2007. Solicita licença sabática para o 2.º semestre do ano letivo de 2014/2015, solicitando assim, uma licença interpolada e por anos escolares diferentes, para a realização de trabalhos académicos.

O Conselho tomou conhecimento dos pedidos, nada tendo a opor, propondo-se ao Diretor da Faculdade a sua autorização.

Procedeu-se, de seguida, à leitura do parecer dos Professores Duarte Nogueira e Barbas Homem no sentido de se proceder à contratação por tempo indeterminado e em regime de *tenure* como Professora Auxiliar, da Professora Sílvia Isabel dos Anjos Alves, em anexo (Documento 11). O Conselho aprovou o parecer por unanimidade, propondo-se ao Diretor da Faculdade a sua autorização.

O Conselho tomou ainda conhecimento do parecer enviado pelo Professor Paulo de Sousa Mendes, orientador de doutoramento do Mestre João Caires, no sentido de lhe ser autorizado a dispensa de serviço por um biénio, nos termos deliberados na sessão do Conselho de 09.04.2014, em anexo (Documento 12). O Presidente leu o referido parecer. O Conselho tomou conhecimento do pedido, nada tendo a opor.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho despediu-se de todos os presentes, encerrando a reunião pelas 18:30 horas.

O Presidente do Conselho



(Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos)

A Secretária do Conselho



(Professora Doutora Míriam Afonso Brigas)



Exmo. (ª) Sr. (a) Professor (a)
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Venho por este meio convocar V. Exa. para a reunião do Conselho Científico, que terá lugar no próximo dia 30 de abril, 4.ª feira, pelas 15 horas, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1. Informações.
2. Ata da sessão anterior.
3. Mestrados e Doutoramentos.
Constituição de júris e admissões.
4. Reforma dos Estudos Pós-Graduados.
5. Distribuição do serviço docente para ao ano letivo de 2014/2015 – Aspetos Gerais.
6. Relações Internacionais.
7. Pessoal.
Avaliação de período experimental de docentes.
8. Outros Assuntos.

Anexos: Ata do Conselho Científico de 09.04.2014

A demais documentação será enviada brevemente.

Faculdade de Direito, 24 de abril de 2014

O Presidente do Conselho Científico

(Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS (M. Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Carolina Sofia Gordalina Murinelo de Sousa Guerreiro Cyrne 21387	“Regulação do Serviço de Resíduos”	Prof. ^a Doutora Rute Saraiva	Prof. Doutor Miguel Moura e Silva (Pres.) Prof. Doutor Paulo Pardal (Arg.) Prof. Doutor Rute Saraiva (Or.) 7 de maio
Vitor Hugo Soares Dias 15955	“A alocação dos riscos nas parcerias público-privadas”	Prof. ^a Doutora Maria Eduarda Azevedo	Prof. Doutor Renato Gonçalves (Pres.) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues (Arg.) Prof. Doutor Maria Eduarda Azevedo (Or.)

MESTRADO EM DIREITO DA ECONOMIA (M. Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Paulo Nuno Jorge Marques 2000083	Revisão do ato tributário: Do Mea Culpa à reposição da Legalidade	Prof. ^a Doutora Paula Rosado Pereira	Prof. Doutora Ana Paula Dourado (Pres.) Prof. Doutora Paula Rosado Pereira (Or.) Prof. Doutor Gustavo Courinha (Arg.)
Rita Meireles Cardoso 15946	"Impostos Ambientais: meio de obtenção de receita? O caso do ISV e do IUC"	Prof. ^a Doutora Rute Saraiva	Prof. Doutor Carlos Lobo (Pres.) Prof. Doutora Rute Saraiva (Or.) Prof. Doutor Guilherme W. Oliveira Martins (Arg.) 6 de maio



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FISCAL (M. Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Joana Sofia Andrade Nunes 16676	“O Mínimo de Existência no Direito Fiscal Português”	Prof. Doutor Fernando Araújo	Prof. Doutor Fernando Araújo (Pres. e Or.) Prof. Doutora Ana Paula Dourado (vogal) Prof. Doutora Paula Rosado Pereira (Arg.)

MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO FISCAL (M. Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Marina Sofia Marques Mendes	"O Tratamento dos Prejuízos fiscais: Numa Perspetiva do Direito da União europeia e do Direito Nacional"	Prof. ^a Doutora Ana Paula Dourado	Prof. Doutora Ana Paula Dourado (Orientadora) Prof. Doutor Gustavo Courinha (Arg.) Prof. Doutor Pedro Infante (vogal)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Mestrado em Direito e Economia (Mestrado Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Luis Carlos Ribeiro Epifânio 17402	"Direito dos Animais – Contributo para uma Análise Económica do Tema	Prof. Doutor Miguel Patrício	Prof. Doutora Paula Vaz Freire (Pres.) Prof. Doutora Rute Saraiva (Arg.) Prof. Doutor Miguel Patrício (Or.) 21 de maio
Miguel Caetano Coelho Filipe Martins 22540	"Reflexões Jurídico-económicas sobre a indústria petrolífera ("Upstream") Instrumentos fiscais e extrafiscais dos Estados produtores	Prof. Doutor Carlos Lobo	Prof. Doutor Carlos Lobo (Pres. e Or.) Prof. Doutor Pedro Infante (vogal) Prof. Doutor Guilherme W. Oliveira Martins (arg.)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Sara Daniela Coelho Machado 17533	"Fundo Ambiental da União Europeia"	Prof. ^a Doutora Rute Saraiva	Prof. Doutor Miguel Moura e Silva (Pres.) Prof. Doutora Rute Saraiva (Or.) Prof. Doutor Miguel Patrício (Arg.) 13 de maio
--------------------------------------	-------------------------------------	---	--

Mestrado em Ciências Jurídico-Financeiras (Mestrado Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Carina Sofia Magalhães Do Barreiro Casa Nova Parreira 17210	"Agências de Rating: A regulação dos gatekeepers financeiros na Europa e nos EUA"	Prof. ^a Doutora Rute Saraiva	Prof. Doutor Renato Gonçalves (Pres.) Prof. Doutora Rute Saraiva (Or.) Prof. Doutor Paulo Pardal (Arg.) 28 de maio
Georgina Tavares Mendes 17295	"Parcerias Público-Privadas Uma Partilha de Riscos Inadequada: o caso SCUT"	Prof. ^a Doutora Rute Saraiva	Prof. Doutora Maria Eduarda Azevedo (Pres. e Arg.) Prof. Doutora Rute Saraiva (Or.) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues (vogal) 27 de maio



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Joana Sofia dos Santos Teixeira 16677	"A Prática Jurídica da Arbitragem Tributária Estudo de Casos"	Prof. Doutor Guilherme de Oliveira Martins	Prof. Doutora Nazaré Costa Cabral (Pres.) Prof. Doutora Paula Rosado Pereira (Arg.) Prof. Doutor Guilherme W. Oliveira Martins (Or.)
Lúcia Catarina Pereira Cruz 16731	"Requisitos de Qualificação e Concorrência na Contratação Pública"	Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo	Prof. Doutor Miguel Moura e Silva (Pres.) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues (Arg.) Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (Or.)
Mariana dos Reis Cabeleira 22534	"O poder de Supervisão Macroprudencial do Banco de Portugal"	Prof. ^a Doutora Rute Saraiva	Prof. Doutora Paula Vaz Freire (Pres.) Prof. Doutora Rute Saraiva (Or.) Prof. Doutor Paulo Pardal (Arg.) 14 de maio



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ana Catarina Gomes Correia 17117	"Tributação do cloud computing"	Prof. ^a Doutora Paula Rosado Pereira	Prof. Doutora Nazaré Costa Cabral (Pres.) Prof. Doutor Paula Rosado Pereira (Or.) Prof. Doutor Gustavo Courinha (arguente)
Ana Isabel Gameiro Bento Moucho 21671	"Os regimes complementares de segurança social em Portugal: Abordagem Fiscal e Parafiscal"	Prof. ^a Doutora Nazaré Costa Cabral	Prof. Doutor Luis Moraes (Pres.) Prof. Doutora Nazaré Costa Cabral (Or.) Prof. Doutor Guilherme W. Oliveira Martins (Arg.)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Catarina Isabel de Mendonça Medeiros 16548	"Dos métodos de Eliminação da Dupla Tributação Económica dos Dividendos na União Europeia"	Prof. ^a Doutora Ana Paula Dourado	Prof. Doutora Ana Paula Dourado (Or.) Prof. Doutora Paula Rosado Pereira (Arg.) Prof. Doutor Gustavo Courinha (vogal)
--	--	---	---

Dissertações entregues no dia 7 de abril de 2014



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Franciley Ribeiro do Nascimento n.º de aluno 21605 entrega da dissertação em 28/03/2014	"Direitos Sociais Fundamentais e o Dever dos Tribunais em Julgar e Suprir a Omissão Inconstitucional "	Prof. Doutor Jorge Reis Novais	Prof. Doutor Blanco de Moraes (presidente) Prof. Doutor José Melo Alexandrino (arguente) Prof. Doutor Jorge Reis Novais (orientador) Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro (vogal)
Francisco de Assis Rodrigues n.º de aluno 21557 entrega da dissertação em 7/04/2014	"A Anulabilidade do Ato Inconstitucional na ordem Jurídica Brasileira "	Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes	Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes (presidente e orientador) Prof. Doutor Jorge Reis Novais (arguente) Prof. Doutor João Miranda (vogal) Prof.ª Doutora Ana Gouveia Martins (vogal)
Kelen Poltronieri Pereira n.º de aluno 21650 entrega da dissertação em 31/03/2014	"Mutações Constitucionais - História e Dogmática à Luz da Teoria Estruturante do Direito "	Prof.ª Doutora Maria Luísa Duarte	Prof.ª Doutora Maria Luísa Duarte (presidente e orientadora) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (vogal) Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho (arguente) Prof. Doutor Domingos Farinho (vogal)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Leonardo Vasconcelos Lins Fonseca n.º de aluno 22387 entrega da dissertação em 11/04/2014	"Princípios do Contencioso Eleitoral e Democracia "	Prof. Doutor Jorge Miranda	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (presidente) Prof. Doutor Jorge Miranda (orientador) Prof. Doutor José Melo Alexandrino (vogal) Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro (arguente)
Raquel Gonçalves Maynarde Oliveira n.º de aluno 22341 entrega da dissertação em 4/04/2014	"A Influencia das Pré- Compreensões Políticas, Filosóficas ou Religiosas do Juiz Interprete na Solução de Casos Difíceis: O Poder Criativo do Supremo Tribunal Federal Brasileiro "	Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes	Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes (presidente e orientador) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (arguente) Prof. Doutor Rui Fonseca (vogal) Prof. Doutor Miguel Prata Roque (vogal)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 24 de abril de 2014, pelo Senhor Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Murillo Victor Umbelino n.º de aluno 22360 entrega da dissertação em 13/02/2014	"A influência dos Tribunais de contas na Separação de Poderes "	Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes	Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes (presidente e orientador) Prof. Doutor Guilherme de Oliveira Martins (arguente) Prof. Doutor Domingos Farinho (vogal) Prof.ª Doutora Ana Gouveia Martins (vogal)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 25 de março de 2014, pelo Senhor Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Pedro Daniel Santos Azevedo n.º de aluno 16820 entrega da dissertação em 10/04/2014 (pagou taxa)	"O Governo do Sector Empresarial do Estado"	Prof. Doutor David Duarte	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof. Doutor David Duarte (orientador) Prof. Doutora Alexandra Leitão (arguente) Prof. Doutor Miguel Prata Roque (vogal)

4. Constituição de Júri sugerida no dia 24 de abril de 2014, pelo Senhor Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.
5. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
6. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

ESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Juliana Martins Tolotti n.º de aluno 22344 entrega da dissertação em 22/04/2014	"Direito Fundamental à Saúde: O ideal Constitucional e a Realidade do Usuário"	Prof.ª Doutora Nazaré Costa Cabral	Prof. Doutor Maria João Estorninho (presidente) Prof.ª Doutora Nazaré Costa Cabral (orientadora) Prof.ª Doutora Ana Neves (arguente) Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas (vogal)
Maria Helena Vieira de Castello Branco n.º de aluno 20459 entrega da dissertação em 07/04/2014	"A Relevância do Parlamento para a integração do MERCOSUL"	Prof.ª Doutora Ana Neves	Prof.ª Doutora Ana Maria Guerra Martins (presidente) Prof.ª Doutora Ana Neves (orientadora) Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro (arguente) Prof.ª Doutora Ana Gouveia Martins (vogal)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

Mariana de Alvim Pinto n.º de aluno 22678 entrega da dissertação em 03/04/2014	"A Afetação Negativa dos Direitos Sociais praticada pelos Poderes Públicos e o papel do Poder Judiciário como Guardião destes Direitos"	Prof. Doutor Jorge Reis Novais	Prof. Doutor Maria João Estorninho (presidente) Prof. Doutor Jorge Reis Novais (orientador) Prof. Doutor Domingos Farinho (vogal) Prof. Doutor Jaime Valle (arguente)
Norma Suely Negrão Santos n.º de aluno 21601 entrega da dissertação em 08/04/2014	"Uma Análise sobre a eficácia dos Direitos Fundamentais nos Serviços Privados de Saúde Suplementar no Brasil"	Prof.ª Doutora Ana Neves	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof.ª Doutora Ana Neves (orientadora) Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas (vogal) Prof. Doutor Rui Fonseca (arguente)
Yelba Nayara Gouveia Bonetti n.º de aluno 22407 entrega da dissertação em 14/04/2014	"O Direito Fundamental de Constituir Família e a reprodução assistida: limites e restrições ao Projeto Parental."	Prof. Doutor Pamplona Corte-Real	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof. Doutor Pamplona Corte-Real (orientador) Prof.ª Doutora Alexandra Leitão (arguente) Prof. Doutor Miguel Raimundo (vogal)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 24 de abril de 2014, pelo Senhor Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa .
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Aquiles das Mercês Barroso n.º de aluno 20346 entrega da dissertação em 5/03/2014	"Responsabilidade da Administração por Déficit de Ponderação de Circunstâncias de Risco no âmbito do Licenciamento ambiental"	Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (presidente) Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes (vogal) Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (orientador) Prof. Doutor Domingos Farinho (arguente)
Rui Miguel Melo Cordeiro n.º de aluno 14327 entrega da dissertação em 07/04/2014	"Reservas da Biosfera: Entre o Conceito e a Prática. Por uma Abordagem IUS Ambientalista"	Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (presidente) Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes (orientador) Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (arguente) Prof. Doutor Jaime Valle (vogal)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 24 de abril de 2014, pelo Senhor Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Liliana Costa Carloto da Fonseca Mouro n.º de aluno 21587 entrega da dissertação em 7/04/2014	"O papel dos EUA no processo de paz entre Israel e a Palestina - de 1988 a 2000"	Prof.ª Doutora Isabel Banond de Almeida	Prof.ª Doutora Maria Luísa Duarte (presidente) Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos (arguente) Prof.ª Doutora Isabel Banond de Almeida (orientadora) Prof. Doutor Jaime Valle (vogal)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 24 de abril de 2014, pelo Senhor Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: FILOSOFIA E TEORIA DO ESTADO (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Bruno Torrano Amorim de Almeida n.º de aluno 22518 entrega da dissertação em 16/04/2014	"A identidade do Direito e suas implicações Lógicas"	Prof. Doutor Paulo Otero	Prof. Doutor Paulo Otero (presidente e orientador) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (vogal) Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho (arguente) Prof. Doutor Rui Fonseca (vogal)
Luís Boaventura Goulart Junior n.º de aluno 22519 entrega da dissertação em 16/04/2014	"O Direito Consuetudinário Constitucional Praeter e Contra Constitutionem"	Prof. Doutor Paulo Otero	Prof. Doutor Paulo Otero (presidente e orientador) Prof. Doutor José Melo Alexandrino (arguente) Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro vogal) Prof. Doutor Domingos Farinho (vogal)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 24 de abril de 2014, pelo Senhor Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

Mestrado em Direito (Científico)
Candidaturas à 2.ª fase do mestrado – preparação da dissertação
Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2012-2013
(Reunião do C.C. 30.04.2014)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
12345820	ANA CAROLINA FONSECA NAIME	A arbitragem no Direito Administrativo: Direito português e Direito Brasileiro	ALEXANDRA LUDOMILA RIBEIRO FERNANDES LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
18030	BENTO MANUEL ROSA DE MATOS	A Contratação Pública no Setor da Defesa	ALEXANDRA LUDOMILA RIBEIRO FERNANDES LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
12345781	LEAO CHIMINHI	A Autonomia do Poder Local e o exercício da Tutela Administrativa pelo Estado	ALEXANDRA LUDOMILA RIBEIRO FERNANDES LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
16450	ANA CATARINA HENRIQUES MATOS	(Eventual) Coligação contratual entre os contratos de permuta de taxa de juro e os respetivos contratos base	ANA PAULA MOTA COSTA SILVA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
18378	rita couto MARTINS CARRILHO DA CUNHA	Autonomia das posições jurídicas associadas aos valores mobiliários no âmbito da sua transmissão	ANA PAULA MOTA COSTA SILVA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
17359	JOÃO FLIPE AVELAR DUARTE BASÍLIO	Financial Transaction Tax - Utilidade e Aplicabilidade num Contexto Europeu	ANA PAULA VALLE-FRIAS MADUREIRA PIEDADE DOURADO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
12346019	DEMISE DOS SANTOS VASCONCELOS SILVA	Teoria das 4 fases: legitimação judicial para concretização do direito à saúde como efetivação da (anti)democracia	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
12345817	FÁBIO VIEIRA HEERDT	Os juízos de ponderação realizados pelo juiz constitucional brasileiro	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
12346034	FLIPA CAROLINA PEREIRA QUARESMA SERRA	O Regime da Fiscalização Concreta da Constitucionalidade em Portugal	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
12345737	FLAVIA BORGES MARGI	O Papel da Defensoria Pública na Garantia do Direito à Tutela Jurisdicional Efectiva	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
12345914	IRIS CATARINA DIAS TEIXEIRA	Direito fundamental de acesso à Justiça e a postura do Poder Judiciário quanto ao seu alcance	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
12345905	THIAGO COELHO SACCHETTO	Justiça Constitucional e Media: A liberdade de expressão dos julgamentos do Supremo Tribunal Federal	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
12345775	PAULA CAROLINA SARAIVA DO NASCIMENTO ANGELIM	Declaração da vontade: uma análise económica da sua aplicação	ANTONIO MANUEL ROCHA MENEZES CORDEIRO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
12345957	THIAGO PEDROSO PEREIRA	A Desconsideração da Personalidade Jurídica nos Grupos de Sociedades	ANTONIO MANUEL ROCHA MENEZES CORDEIRO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
17970	ANA FILIPA CARVALHO DUARTE	A Tortura e o Direito Penal	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
13285	ANA FILIPA RODRIGUES MARQUES DE	A relevância jurídica penal do testamento vital nas intervenções e tratamentos médicos	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
18619	ANA RITA VIEIRA PEREIRA	Reclusão e parentalidade	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
12345718	BEATRIZ RIBEIRO ALBUQUERQUE	A neurobiologia e o controle da criminalidade	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
12345776	CATIUCE RIBAS BARIN	A violência doméstica contra as mulheres	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
12345796	EDUARDO FURIAN PONTES	A prisão temporária no direito brasileiro	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
12345722	JOÃO MANUEL MARTINS LINO	Contributos para uma análise crítica do Direito Penitenciário Português	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
18206	JOSÉ FERNANDO SEABRA PULIDO NEVES DA COSTA	Direito penal e cultura: da responsabilidade criminal dos homicídios por motivo de honra	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
12345712	ANA CAROLINA GAZZINELLI DE OLIVEIRA	Mudanças climáticas e direitos humanos: os problemas do direito internacional na proteção dos refugiados ambientais	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS
12346012	JOSÉ AUGUSTO BARBALHO SIMONETTI	Contributos europeus para um estudo sobre a proteção (tutela) da confiança no direito administrativo brasileiro	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
12345809	MARINA DE ALMEIDA GALVAO	Consumo Sustentável	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS
12345715	RAQUEL GONCALVES SOARES	A utilização dos incentivos fiscais para promover a sustentabilidade em instalações prediais	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS
12346011	RENATA LIMA DE SOUZA RODRIGUES	Responsabilidade civil pós-consumo	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
12345770	ROGÉRIO PEREIRA GUDES	Avaliação ambiental integrada e de avaliação ambiental estratégica como condicionante para o licenciamento de usinas hidrelétricas no Brasil	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS
19434	RUI MIGUEL DA ROCHA RODRIGUES LOPES DA CRUZ	O Caso Decidido Administrativo	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
12345941	VITÓRIA IZABEL SILVA SOUZA CASTRO	A Proteção do Património Cultural	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL

ANEXO 4

Mestrado em Direito (Científico)
Candidaturas à 2.ª fase do mestrado – preparação da dissertação
Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2012-2013
(Reunião do C.C. 30.04.2014)

12345823	WELLINGTON BOIGUES CORBALAN TEBAR	A dimensão reparadora dos danos ocasionados pelas catástrofes ecológicas	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS
12345845	DANIEL JOSÉ GUEDES DOS SANTOS	A relevância no âmbito da sucessão legal das liberalidades vitalícias feitas a legítimários prioritários	CARLOS ADELINO CAMPELO DE ANDRADE PAMPLONA CÔRTE-REAL	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
12345859	RAPHAEL CARNEIRO ARNAUD NETO	Unibes Estáveis Plurimas e o Companheiro de boa fé	CARLOS ADELINO CAMPELO DE ANDRADE PAMPLONA CÔRTE-REAL	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
12345734	VICTOR MACEDO DOS SANTOS	A Posição Sucessória do Cônjuge Sobrevivente	CARLOS ADELINO CAMPELO DE ANDRADE PAMPLONA CÔRTE-REAL	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
12345875	ANA TERESA VIEGAS MILHEIRO	A Descentralização Fiscal em Angola	CARLOS MANUEL BATISTA LOBO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
12345749	AREOSVALDO LUÍS ALVES NANCASSA	Contributo Para a Implementação da Tributação do Património Imobiliário, na Guiné-Bissau	CARLOS MANUEL BATISTA LOBO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
12345917	CÂNDIDA DE CARVALHO RODRIGUES	A Tributação do Património em Cabo Verde. O Imposto Único sobre o Património.	CARLOS MANUEL BATISTA LOBO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
17880	CARLA MARIA PEREIRA MONTEIRO	O Princípio do Benefício como fundamento da tributação em sede de IMI	CARLOS MANUEL BATISTA LOBO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
18054	CATARINA ALEXANDRA FERNANDES ANJO BALONA	Da Autonomia Dogmática do conceito de Estabelecimento Estável para efeitos de IVA	CARLOS MANUEL BATISTA LOBO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
10427	PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA BRAZ RIBEIRO MACHADO XAVIER	A Micro-Tributação nas Autarquias Locais	CARLOS MANUEL BATISTA LOBO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
18040	CARINA LOPES CARVALHO	A tutela da liberdade contratual dos consumidores nos contratos celebrados com base em cláusulas contratuais gerais.	ELSA MARINA ROSA DIAS DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
12345727	DEBORA NUNES DE MIRANDA	A Convenção sobre o Trabalhador Marítimo da Organização Internacional do Trabalho e a sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
12346009	ITALITA ZANANDREA	Os Tribunais de Contas e o Interesse Social	GUILHERME WALDEMAR GOULÃO REIS OLIVEIRA MARTINS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
18043	CARLOS ALBERTO ROSA AVELINO	A evasão fiscal, construção dogmática, e os novos meios de combate à evasão fiscal, perspectiva stícks and carrots, entre as sanções associadas, o sal-ty, os lilebes, tributação pelo estado da residência, e outras elementos teorizados.	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
18225	LUÍS PEDRO BARBOSA FERNANDES	Da tributação do rendimento no sector não lucrativo	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
12345684	ALEX FAVERZANI DA LUZ	O Liberalismo Político e as relações sociais de trabalho a partir do século XIX	ISABEL MARIA BANOND ALMEIDA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: TEORIA DO DIREITO
12345927	MÓNIA MEDEIROS LASMAR	A influência da religião na política brasileira: da colonização indígena pelos jesuítas à bancada evangélica do Congresso Nacional	ISABEL MARIA BANOND ALMEIDA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIA POLÍTICA
18205	JORGE MIGUEL PAÇÃO POUDO	Aquisição, Gestão e Alienação de Bens Públicos	JOÃO PEDRO OLIVEIRA MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
12345752	RAPHAELLA CHRISTINA BARRETO FONSECA DE VASCONCELOS	A Exploração dos Recursos Petrolíferos Marinhos no Contexto da Dominialidade Pública	JOÃO PEDRO OLIVEIRA MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
12345709	ANDERSON BATISTA DE SOUZA	O direito fundamental de acesso à informação pública no Brasil: o valor da transparência e aplicação pelo poder judiciário	JORGE MANUEL MOURA LOUREIRO MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
12345833	CAIO CÉSAR SOARES DE SOUSA	O Município brasileiro como via estatal de garantia dos direitos sociais/fundamentais: Uma análise da crise do pacto federativo no tocante à repartição de verbas públicas	JORGE MANUEL MOURA LOUREIRO MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
12345695	CAROLINE LÉRIA JARDIM FONTELA	Ações afirmativas: políticas de inclusão social e de efetivação dos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana	JORGE MANUEL MOURA LOUREIRO MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
12345769	MARCELLO VITOR ROCHA COTA	Mutação constitucional e ativismo judicial	JORGE MANUEL MOURA LOUREIRO MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
12345692	MARCUS GOUVEIA DOS SANTOS	A tutela judicial dos direitos sociais	JORGE MANUEL MOURA LOUREIRO MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
12345893	PAULO ÁLVARES BABILÔNIA	Um estudo sobre a criação da Advocacia-Geral da União - AGU, no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte de 1988 e as mutações constitucionais em seu regime jurídico-constitucional	JORGE MANUEL MOURA LOUREIRO MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
12345756	WALDEMAR BARTOLOMEU DE FREITAS DIOGO	Os Limites Materiais de Revisão Constitucional no Direito Angolano	JORGE MANUEL MOURA LOUREIRO MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
16440	ALEXANDRA MARTINS ONOFRE	Sinistro e Responsabilidade do Segurador - Análise e delimitação de conceitos	JOSÉ ALBERTO COELHO VIEIRA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
12345801	PAULO DANIEL BUNGA	A Institucionalização do Poder Local autárquico enquanto concretização do conceito de Descentralização Político-Administrativa em Angola	JOSE ALBERTO MELO ALEXANDRINO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
12345744	MARIO WINICIUS CARNEIRO MEDEIROS	Municípios em Portugal e no Brasil: Origens, Semelhanças e Diferenças nos Espaços Culturais, Económicos e Jurídicos	JOSÉ ARTUR ANES DUARTE NOGUEIRA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: HISTÓRIA DO DIREITO
12345700	PEDRO MIGUEL PIRES OLIVEIRA	Breves noções sobre a legislação e o movimento operário na transição para o séc. XX em Portugal	JOSÉ ARTUR ANES DUARTE NOGUEIRA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: HISTÓRIA DO DIREITO
17893	PEDRO TIAGO SILVA FERREIRA	Existe uma relação entre o princípio da legalidade e a segurança jurídica?	JOSÉ ARTUR ANES DUARTE NOGUEIRA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: TEORIA DO DIREITO

Mestrado em Direito (Científico)
Candidaturas à 2.ª fase do mestrado – preparação da dissertação
Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2012-2013
(Reunião do C.C. 30.04.2014)

18201	JOAO PEREIRA CABRAL	O conteúdo patrimonial do direito de autor em rede	JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENÇÃO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO INTELECTUAL
18277	MARIA PAULO REBELO	As funções da marca e princípio da especialidade. Articulação entre os mecanismos de tutela de marca e de concorrência desleal	JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENÇÃO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO INTELECTUAL
12345924	NUNO MANUEL DA SILVA GONÇALVES	A função social do Direito de Autor	JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENÇÃO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO INTELECTUAL
12345915	RAMON TEIXEIRA DE SOUSA	As biografias não autorizadas	JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENÇÃO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO INTELECTUAL
12345903	JOANA MARIA FREITAS AMORIM PINTO COSTA	O Mecanismo Único de Supervisão	LUIS DOMINGOS SILVA MORAIS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO BANCÁRIO E DOS SEGUROS
12345707	ALISSON NOGUEIRA DE LIMA	Os efeitos jurídicos causados pela inobservância da regra constitucional do concurso público pela Administração Pública Brasileira	LUIS MIGUEL PRIETO NOGUEIRA BRITO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
12345842	PETERSON HIGINO MARCELINO MANECO	O papel das autoridades tradicionais no ordenamento jurídico angolano: inclusões e exclusões políticas	LUIS MIGUEL PRIETO NOGUEIRA BRITO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIA POLÍTICA
12345907	HERTA RANI TELES SANTOS	Teoria do Estado e Direitos Humanos: novas perspectivas e desafios	LUIS PEDRO DIAS PEREIRA COUTINHO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: FILOSOFIA E TEORIA DO ESTADO
12345868	JOSÉ PÉNCILES PEREIRA DE SOUSA	Perspectivas de uma nova politização do Estado no século XXI: que aprofundamento democrático seria possível?	LUIS PEDRO DIAS PEREIRA COUTINHO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: FILOSOFIA E TEORIA DO ESTADO
12345738	LUIS HENRIQUE MEDEIROS DA SILVA	Análise das novas teorias sobre a separação de poderes	LUIS PEDRO DIAS PEREIRA COUTINHO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
12345962	AGOSTINHO CÉSAR CAROSO DOS SANTOS	Consórcio	MANUEL JANUARIO COSTA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
18124	FILIPA ANDREIA CRISTÓVÃO FERREIRA	As obrigações convertíveis em acções	MANUEL JANUARIO COSTA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
12345959	HUGO SOUTO MAIOR DA FONSECA	A entrada para a sociedade com bens imateriais	MANUEL JANUARIO COSTA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS
12345992	LÚCIO ANTÓNIO BIAZUS	A responsabilidade civil de terceiros que interferem na fase de negociações	MANUEL JANUARIO COSTA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
12345798	MILENA ANGÉLICA DRUMOND MORAIS DIZ	Clausulas contratuais gerais e contratos assimétricos	MANUEL JANUARIO COSTA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
12346006	CATARINA RAQUEL AREGÃO ALVES	O erro sobre o concreto âmbito de validade especial da lei penal	MARIA FERNANDA SANTOS MARTINS PALMA PEREIRA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
18018	ANDREIA PATRICIA DUARTE COSTA	Vicissitudes do Contrato de Concessão de Serviços Públicos à Luz da Crise	MARIA JOÃO ROSÁRIO ESTORINHO PEREIRA SILVA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
15093	CÁTIA SOFIA MARTINS DUARTE	A adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem	MARIA JOSÉ REIS RANGEL MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
12346021	DUARTE CARLOS ANÍBAL COELHO ALCÂNTARA	Conflitos de Direitos Fundamentais na exposição ao fumo do tabaco. Regulação supranacional e suas diferentes aplicações internas	MARIA JOSÉ REIS RANGEL MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
12346029	SAULO APARECIDO DA SILVA	Direito Anti Discriminatório	MARIA JOSÉ REIS RANGEL MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
12346137	CECÍLIA GALÍCIO BRANDÃO COELHO	Controle de Convenicionalidade como Paradigma da Segurança Jurídica	MARIA LUISA CONCEIÇÃO DUARTE	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
12345708	DANIELA COSTA MELO	A Proteção dos Direitos Humanos da Mulher no Sistema Interamericano e o Papel do Brasil	MARIA LUISA CONCEIÇÃO DUARTE	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
12345835	CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	Análise Económica da Decisão Judicial	MARIA PAULA REIS VAZ FREIRE	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: ECONOMIA E ANÁLISE ECONÓMICA DO DIREITO
3130015	CARLOS ALBERTO ORMONDE SOUSA DOS SANTOS	Declarações Antecipadas de Vontade	MARIA RAQUEL ALEIXO ANTUNES REI	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
17978	ANA MARGARIDA DELGADO HENRIQUES	Da sobrevivência do Processo do Trabalho à Reforma do Processo Civil - A coerência e consistência do sistema processual laboral	MARIA ROSARIO VALENTE REBELO PINTO PALMA RAMALHO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS
14896	ANTÓNIO MANUEL DA SILVA LUZ PARDAL	A compensação por caducidade do contrato de trabalho a termo resolutivo: declaração de queitação ou remissão abdicatória de créditos laborais	MARIA ROSARIO VALENTE REBELO PINTO PALMA RAMALHO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS
12345902	BÁRBARA BARBIZANI DE CARVALHO DE MELO FRANCO CAIADO	(Ir)Redutibilidade Salarial e a Incongruência Dogmática do Princípio da Proibição do Retrocesso	MARIA ROSARIO VALENTE REBELO PINTO PALMA RAMALHO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS
18076	CATIA VANESSA RODRIGUES MUCHACHO	As cláusulas de rescisão nos contratos de praticante desportivo - análise à luz dos princípios de direito do trabalho - e implicações da "Third-Party Ownership"	MARIA ROSARIO VALENTE REBELO PINTO PALMA RAMALHO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS
17385	JOSE JOAO VALADAS HENRIQUES	A Contratação Coletiva Descentralizada: Uma nova (e possível) legitimidade contratual	MARIA ROSARIO VALENTE REBELO PINTO PALMA RAMALHO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS
12345811	CAIO MARCOS GALBIATI VALENTIM	Patologias normativas e proteção dos direitos fundamentais	MIGUEL CHAVES RIBEIRO ASSIS RAIMUNDO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
12345800	NILSON BRITO TRINDADE	O direito fundamental à liberdade religiosa e a proteção às religiões minoritárias no Brasil	MIGUEL CHAVES RIBEIRO ASSIS RAIMUNDO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS

Mestrado em Direito (Científico)
Candidaturas à 2.ª fase do mestrado – preparação da dissertação
Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2012-2013
(Reunião do C.C. 30.04.2014)

12345858	RAQUEL SILVA DE CASTRO	Discriminação positiva, implicações do princípio da igualdade e os negros no Brasil	MIGUEL CHAVES RIBEIRO ASSIS RAIMUNDO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
12346010	RENATA PINHEIRO SOUZA SALES VILAR	O Controlo Judicial das Políticas Públicas	MIGUEL CHAVES RIBEIRO ASSIS RAIMUNDO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
12345897	DIANA BRIGSO GONÇALVES	O critério do concorrente igualmente eficiente no regime do abuso de posição dominante: o início de uma nova era?	MIGUEL JOSE PINTO TAVARES MOURA SILVA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO
12345876	FRANCISCO MÁRIO	O sistema de controlo dos dinheiros públicos em Angola, numa perspectiva de teoria das Finanças Públicas e Direito Financeiro	NUNO FILIPE ABRANTES LEAL DA CUNHA RODRIGUES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: FINANÇAS PÚBLICAS E PRIVADAS
12345862	MARCIA SOLANGE TAVARES TEIXEIRA	O IVA em Cabo Verde	PAULA CRISTINA SANTOS ROSADO PEREIRA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
12345773	ROBERTA SILVA DOS REIS	Contribuição de melhoria: Um estudo Luso-brasileiro para retomar a aplicação prática deste instituto bem como implementar a eficácia de sua arrecadação	PAULA CRISTINA SANTOS ROSADO PEREIRA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
12345758	DANNI SALES SILVA	O Ministério Público e a conformidade jurídico-constitucional da negociação no Processo Penal brasileiro	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
12345764	ÉRICO DE ALMEIDA DUARTE	A Renovação da Prova nos Tribunais	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
12345956	FRANCINE NUNES ARANTES	Justiça Consensual e Efetividade do Processo Penal	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
12345751	GERALDO VILAR CORREIA LIMA FILHO	A essencialidade da Defesa Técnica no Processo Penal	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
12345922	PAULO VITOR DE QUEIRÓS ALVES	A colheita coerciva de material biológico do arguido em processo penal	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
12345895	RENATA MACHADO SARAIVA	Criminal compliance no domínio ambiental	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
10581	MARCO ALEXANDRE MARQUES PEREIRA CARDOSO	A Redomiliação de Sociedades Comerciais - Contributo para o estudo do regime aplicável e das problemáticas associadas	PEDRO MANUEL MELLO PAIS VASCONCELOS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
7183	MARIA DA LUZ DOS SANTOS FARINHO HENRIQUES	Culpa dos Administradores na Insolvência das sociedades	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS
12345721	MARUZIA DAS GRAÇAS BRUM RODRIGUES	Modelo de supervisão financeiro brasileiro: O Banco Central do Brasil - Bacen	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: FINANÇAS PÚBLICAS E PRIVADAS
10557	TIAGO TORRES LARSEN	A supervisão do sistema bancário europeu no âmbito da União Bancária	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: FINANÇAS PÚBLICAS E PRIVADAS
12345768	ANDRESSA BARICHELLO	Filosofia do Direito e Direito e Literatura: Contributos a um diálogo possível	SÍLVIA ISABEL DOS ANJOS ALVES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: FILOSOFIA E TEORIA DO ESTADO
12345729	MARIANA DE OLIVEIRA SIMÕES	Pragmatismo Jurídico: A busca por uma linha argumentativa apta no convencimento dos interlocutores	SÍLVIA ISABEL DOS ANJOS ALVES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIA POLÍTICA
12345694	WILSON MARCELO KOZLOWSKI JUNIOR	A decisão judicial correta no Direito como Integridade de Ronald Dworkin	SÍLVIA ISABEL DOS ANJOS ALVES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: TEORIA DO DIREITO
2000210	PAULA CRISTINA AGAPITO SILVA BARBAS	O Ato Administrativo na Arbitragem Obrigatória, no âmbito do Direito do Trabalho	VASCO MANUEL PASCOAL DIAS PEREIRA SILVA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO



Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 30 de abril de 2014

- Pedidos de alteração do tema de dissertação de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Tema da dissertação proposto	Professor Orientador	Concordância / recomendação do Orientador
VÍTOR HUGO SOARES DIAS (n.º 15955) - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS (2010-2011)	21.01.2014	A transferência de riscos nas molduras contratuais das parcerias público-privadas	A alocação dos riscos nas parcerias público-privadas	Prof.ª Doutora Maria Eduarda Almeida Azevedo	Aguarda confirmação
PATRÍCIA GOMES TEIXEIRA MONTEIRO (n.º 2170084) - MESTRADO EM DIREITO - ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS	04.03.2014	Da Compreensível Emoção violenta à especial censurabilidade - Dogmática Penal e Prática Judiciária	Da Emoção que privilegia o Homicídio (Considerações em torno da compreensível emoção violenta)	Professora Doutora Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira	Sim
CARLOS FLÁVIO MARQUES SIMÕES DE CARVALHO (n.º 12345976) - MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (2012-2013)	12.03.2014	O estudo dos tratados de adesão numa Europa a duas velocidades	União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e o modelo europeu	Prof.ª Doutora Maria José Reis Rangel Mesquita	Aguarda confirmação



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Tema da dissertação proposto	Professor Orientador	Concordância / recomendação do Orientador
SUSANA MORAIS NEVES (n.º 17568) - MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL (2011-2012)	15.04.2014	Os deveres de cuidado dos administradores de sociedades comerciais	Os deveres de cuidado dos administradores e a relevância da Business Judgment Rule, em especial nos actos modificativos de sociedades e nos grupos societários	Prof.ª Doutora Maria Adelaide Teles Menezes Correia Leitão	Sim



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Pedidos de nomeação de Coorientador de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Professor Coorientador proposto	Parecer do Orientador
MARCELA ROSA ABRAHÃO (n.º 22343) - MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS (2011- 2012)	24.06.2013	Restrições aos direitos fundamentais por ato normativo do poder executivo	Prof. Doutor Ingo Wolfgang Sarlet (*)	Sim
PAULA CRISTINA AGAPITO SILVA BARBAS (n.º 2000210) - MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO (2012- 2013)	15.04.2014	O Ato Administrativo na Arbitragem Obrigatória, no âmbito do Direito do Trabalho	Prof. Doutor Luis Artur Almeida Rocha Goncalves Silva	Aguarda confirmação

(*) Junto se anexa o currículo



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Mestrados - Candidaturas à 2.ª fase do mestrado – preparação da dissertação - Mestrandos com parte curricular concluída -
Pedidos extemporâneos

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação proposto	Professor Orientador proposto	Curso	Prazo normal	Prazo de entrega da dissertação proposto
LUÍS ANÍBAL VAZ FERNANDES JÚNIOR (n.º 12346050) - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO- EMPRESARIAIS (2012- 2013)	03.04.2014	Anulação da sentença arbitral na Guiné- Bissau em estudo comparado com a Lei de Arbitragem Voluntária Portuguesa de 2011	Prof.ª Doutora Elsa Dias Oliveira	Mestrado em Ciências Jurídico- Empresariais	20.12.2013	12.03.2015

Lisboa, 28 de abril de 2014

Júris de Doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas

1. **Manoel Ilson Cordeiro da Rocha**, com a tese intitulada "O Controlo Jurisdicional da Eficiência Administrativa. Na perspetiva dos Direitos Português e Brasileiro".

Professor Doutor António Cândido de Oliveira (Universidade do Minho); Professor Doutor Vital Moreira (Universidade de Coimbra); Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (Universidade de Lisboa) Professor Doutor Fausto de Quadros (Universidade de Lisboa); Professor Doutor José Duarte Nogueira (Universidade de Lisboa) Professor Doutor Paulo Otero (orientador - Universidade de Lisboa) e Vasco Pereira da Silva (Universidade de Lisboa).

2. **Luísa Cristina Pinto e Netto**, com a tese intitulada: "A Abertura do Sistema de Direitos Fundamentais do Estado Constitucional".

Professor Doutor Jónatas Machado (Universidade de Coimbra) Professor Doutor João Loureiro (Universidade de Coimbra), Professor Doutor Manuel Sérvulo Correia (orientador - Universidade de Lisboa), Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (Universidade de Lisboa), Professor Doutor Dário Moura Vicente (Universidade de Lisboa), Professora Doutora Ana Maria Martins (Universidade de Lisboa) e Professor Doutor José Alexandrino (Universidade de Lisboa).

Júri de Doutoramento em Ciências Jurídico-Criminais

3. **Thiago André Pierobom De Ávila**, com a tese intitulada "Controlo Externo da Atividade Policial pelo Ministério Público".

Professora Doutora Maria João Antunes (Universidade de Coimbra), Professor Doutor José Lobo Moutinho (Universidade Católica de Lisboa), Professor Doutor António Menezes Cordeiro (Universidade de Lisboa), Professora Doutora Maria Fernanda Palma (Universidade de Lisboa), Professor Doutor Vasco Pereira da Silva (Universidade de Lisboa), Professor Doutor Augusto Silva Dias (orientador – Universidade de Lisboa) e Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes (Universidade de Lisboa).

Júri de Doutoramento em Ciências Jurídico-Económicas

4. **Marco Alexandre da Silva Capitão Costa Ferreira**, com a tese intitulada "Estado e Economia – Entre o Mercado e a Tecnocracia, onde fica a República?"

Professora Doutora Maria Manuel Leitão Marques (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra), Professor Doutor Pedro Adão e Silva (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) Instituto Universitário de Lisboa (IUL)), Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira (Universidade de Lisboa), Professor Doutor Fernando Borges Araújo (Universidade de Lisboa), Professor Doutor Luís Silva Morais (Universidade de Lisboa), Professora Doutora Ana Paula Dourado (Universidade de Lisboa), e Professor Doutor Jorge Reis Novais (Universidade de Lisboa).

Júri de Doutoramento em Ciências Jurídicas

5. **Mestre Isabel Alexandra Botelho Vieira Borges**, com a tese intitulada "**Férias Laborais: Dever de Gozo Efetivo e Margem de Liberdade**", especialidade em Direito do Trabalho, entregue a 13.09.2013.

Professor Doutor João Leal Amado (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra), Professor Doutor Júlio Manuel Vieira Gomes (Faculdade de Direito da Universidade do Porto), Professor Doutor António Menezes Cordeiro (Universidade de Lisboa), Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto (Universidade de Lisboa), Professor Doutor Luís Menezes Leitão (Universidade de Lisboa), Professor Doutor Pedro Romano Martinez (orientador - Universidade de Lisboa) e Professora Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho (Universidade de Lisboa)

6. **Mestre Luís Cláudio Magalhães Madeira**, com a tese intitulada "**O Aborto sob o ponto de vista do Direito da Bioética**", especialidade em Ciências Jurídico-Civis, entregue a 20.12.2013, sob a orientação do Professor Doutor José de Oliveira Ascensão

Professora Doutora Maria da Conceição Cunha, Professora Doutora Anabela Pinto de Miranda Rodrigues (Universidade de Coimbra), Professor Doutor José de Oliveira Ascensão (Universidade de Lisboa), Professora Doutora Maria Fernanda Palma (Universidade de Lisboa), Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos (Universidade de Lisboa), Professor Doutor Fernando Correia de Araújo (Universidade de Lisboa) e Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro (Universidade de Lisboa)

ANEXO 7
Pela deliberação do Conselho Científico
de 30.04.2014 é o presente facto
remetido ao Grupo de Ciências Jurídicas,

Helena Afonso Lopes
(Presidente do Conselho
Científico)

-ADMISSÃO AO CURSO DE DOUTORAMENTO 2ª FASE (TESE) - PER SALTUM

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Professor Orientador Indicado/Aceitação/Projeto de Investigação/Parecer	Instituição, Média final de Licenciatura e Mestrado/Data de Conclusão
MIGUEL DA CÂMARA PESTANA PEDROSA MACHADO (Nº16791)	03.02.2014	DOUTORAMENTO EM DIREITO- ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO- CIVIS	"A Dimensão Punitiva da Obrigação de Pagar".	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão Sim/Sim/Sim	Curso de Licenciatura F.D.U.L 15.06.2010 18 Valores (Excelente); -Fase Curricular do Curso de Mestrado- Especialização em Ciências Jurídico- Criminais F.D.U.L 18.12.2013 17 Valores

*Nos termos da deliberação genérica do Conselho Científico aprovada em 28 de março de 2012, que segue em anexo: "A Faculdade só recomenda a preparação da dissertação de doutoramento a candidatos que não tenham concluído o mestrado ou equivalente quando, por verificação consensual dos professores do Grupo de Disciplinas pertinente, estes tenham obtido a média não inferior a 18 valores, na parte escolar ou demonstrem, por outra via, um nível compatível com essa classificação".

Mais se informa, que o candidato obteve na fase curricular do curso de Mestrado/Especialização, a média de 17 Valores, juntando para efeitos de admissão à preparação da tese de doutoramento (2ª fase), *per saltum*, a respetiva carta de aceitação do Orientador, Prof. Doutor Luís Menezes Leitão.

Por deliberação do Conselho Científico de 30.04.2014 e o presente pedido recebido do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas,

Declaro Assunto
(Secretária do Conselho Científico)

-ADMISSÃO AO CURSO DE DOUTORAMENTO 2ªFASE (TESE) - PER SALTUM

Identificação do Doutorando	Data do Requerimento	Especialidade	Tema	Prof. Orientador Indicado/Aceitação Projeto de Investigação/Parecer Co-Orientação Aceitação	Instituição, Média final de Mestrado e Data de Conclusão
CLAÚDIO LUIZ SALES PACHE (Nº12345790)	16.01.2014	DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	"Conflitos de direitos fundamentais latentes no ambiente do trabalho e respetivos reflexos materiais e processuais: uma análise que aborda igualmente as moléstias físicas e mentais geradas ou potencializadas pelo labor prestado sob assédio moral e/ou meio virtual".	Prof. Doutor Jorge Miranda/ Sim/Sim/Sim Profª Doutora Mª do Rosário Palma Ramalho Não.	Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil) Bacharelato 16 Valores 02.09.1995; -Fase Curricular do Curso de Mestrado-Especialização em Direitos Fundamentais F.D.U.L 17 Valores 18.12.2013

*Nos termos da deliberação genérica do Conselho Científico aprovada em 28 de março de 2012, que segue em anexo: "A Faculdade só recomenda a preparação da dissertação de doutoramento a candidatos que não tenham concluído o mestrado ou equivalente quando, por verificação consensual dos professores do Grupo de Disciplinas pertinente, estes tenham obtido a média não inferior a 18 valores, na parte escolar ou demonstrem, por outra via, um nível compatível com essa classificação".

Mais se informa, que o candidato obteve na fase curricular do curso de Mestrado/Especialização, a média de 17 Valores, juntando para efeitos de admissão à preparação da tese de doutoramento (2ª fase), *per saltum*, o respetivo parecer do Orientador, Prof. Doutor Jorge Miranda.

Fora deliberação do Conselho Científico de 30.04.2014. É o presente pedido remetido ao Grupo de Ciências Jurídicas-Políticas,

Maria Aurora Antunes
(Presidente do Conselho Científico)

- ADMISSÃO AO CURSO DE DOUTORAMENTO 2ª FASE (TESE) - PER SALTUM

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Especialidade	Tema	Prof. Orientador Indicado/Aceitação/Projeto de Investigação/Parecer	Instituição, Média final de Licenciatura e Mestrado/Data de Conclusão
CAETANO FERNANDES AUGUSTA SILVEIRA (Nº 12346051)	17.02.2014	DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICAS INTERNACIONAIS E EUROPEIAS	"A Delimitação da Plataforma Continental e os Poderes dos Estados Costeiros aquém e além das 200 Milhas Náuticas".	Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos Sim/Sim/Sim	-Licenciatura Escola Naval-Ciências Militares Navais-14 (catorze) valores; -Curso de Licenciatura F.D.U.L 23.09.1998 12 Valores; - Fase Curricular do Curso de Mestrado-Especialização em Ciências Jurídicas Internacionais e Europeias F.D.U.L (2013/14) 17 Valores

*Nos termos da deliberação genérica do Conselho Científico aprovada em 28 de março de 2012, que segue em anexo: "A Faculdade só recomenda a preparação da dissertação de doutoramento a candidatos que não tenham concluído o mestrado ou equivalente quando, por verificação consensual dos professores do Grupo de Disciplinas pertinente, estes tenham obtido a média não inferior a 18 valores, na parte escolar ou demonstrem, por outra via, um nível compatível com essa classificação".

Mais se informa, que o candidato obteve na fase curricular do curso de Mestrado/Especialização, a média de 17 Valores, juntando para efeitos de admissão à preparação da tese de doutoramento (2ª fase), *per saltum*, a respetiva carta de aceitação do Orientador, Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos.



GABINETE DE CONSULTORIA JURÍDICA
da
FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
(programa de instalação)

1. Previsão estatutária e enquadramento

Os Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa prevêm a constituição de uma unidade técnico-científica designada «Gabinete de Consultoria Jurídica» (GCJ)¹. Como se verifica com a categoria de unidades em que esta se integra, está em causa um serviço administrativo que incorpora um relevante peso científico, razão pela qual, não obstante ser administrado pelo Director, no que toca aos seus recursos humanos e financeiros, compreende uma direcção científica, indicada pelo Conselho Científico, à qual incumbe fazer as opções estratégicas que extravasam o seu mero funcionamento interno. A esta direcção, simultaneamente sob a alçada do Director e do Conselho Científico, cabe também organizar os termos da respectiva instalação, definindo o esquema com base no qual se transita da mera previsão estatutária para um serviço administrativo operativo, apto a prosseguir as atribuições que lhe estão cometidas. É neste enquadramento que se apresenta o presente documento, um «programa de instalação», que visa assinalar os aspectos mais relevantes para a entrada em funcionamento do GCJ.

2. Objecto do GCJ

Diferentemente de outras unidades técnico-científicas com vocação para a investigação ou para a internacionalização, como o são o Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais ou o Instituto da Cooperação Jurídica, o GCJ tem uma vocação muito específica: a prestação de serviços à comunidade e, nesse contexto, a captação de receitas próprias para a Faculdade de Direito da Uni-

¹ Artigo 75.º dos Estatutos, aprovados pelo Despacho n.º 15674-C/2013, de 27 de Novembro de 2013, publicados no Diário da República, II Série, n.º 232, de 29 de Novembro de 2013.

versidade de Lisboa (FDUL). Em conjugação com o Centro de Arbitragem e de Resolução de Litígios, o GCJ integra, assim, um sector muito particular dos serviços administrativos da FDUL, no qual, com o aproveitamento da elevada qualidade dos recursos humanos da FDUL, se visa prestigiar a escola através de uma intervenção relevante no mercado dos serviços jurídicos, contribuindo dessa forma para consolidar o seu peso na comunidade e para obter receitas próprias.

Especificamente, o GCJ é um gabinete que tem por objecto a prestação de serviços de consultoria jurídica, o que, de um ponto de vista funcional, significa que tem particular vocação para a realização de pareceres sobre questões jurídicas, para a feitura de projectos de actos normativos, para acções de formação de recursos humanos ou para a elaboração de projectos de investigação científica aplicada.

Assim, pretende-se que o GCJ realize uma actividade essencialmente «parecerística», mas também formadora, mediante a iniciativa do mercado, e com projecção em todo o espectro da ciência jurídica. Envolvendo as diversificadas valências de investigação da FDUL, considera-se que o GCJ estará apto a prestar serviços em todas as áreas do direito, podendo dar cabal cumprimento a quaisquer solicitações que, neste âmbito, a FDUL venha a receber da comunidade.

No seu funcionamento quotidiano, a projecção da actividade típica do GCJ é, em termos gerais, a seguinte: (i) uma solicitação exterior, coordenada pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do GCJ, (ii) uma análise sumária do pedido de parecer, sendo depois pedida autorização ao Director para a formalização protocolar da prestação de serviços, (iii) assinatura do protocolo pelo Director e pela entidade solicitadora, compreendo o mesmo os vários termos da prestação de serviços em causa, incluindo «pareceristas» e «colaboradores», (iv) execução do protocolo, (v) pagamento do serviço e remuneração da FDUL e dos «pareceristas» e «colaboradores» envolvidos.

3. Enquadramento normativo da actividade do GCJ

O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, estabelece como atribuições das universidades: (i) a transferência e valorização económica do conhecimento científico e tecnológico, (ii) a realização de acções de formação profissional e de actualização de conhecimentos, e (iii) a prestação de serviços à comunidade e de apoio

ao desenvolvimento². O mesmo sentido normativo está nos Estatutos da Universidade de Lisboa, nos quais se estabelece que cabe à referida instituição: (i) realizar investigação científica de alto nível, promovendo a difusão dos seus resultados, a valorização social e económica do conhecimento, designadamente a transferência de tecnologia, bem como o apoio à definição de políticas públicas e à inovação, e (ii) assegurar a prestação de serviços à sociedade e contribuir para o desenvolvimento social e económico do país, designadamente através da colaboração com entidades públicas, empresariais, não-governamentais e associativas³.

Assim, e na medida em que são as unidades orgânicas que realizam as actividades que potenciam as referidas atribuições, reconhece-se à FDUL, tal como já consta dos respectivos Estatutos, o necessário suporte normativo para o desenvolvimento da actividade de prestação de serviços a realizar através do GCJ.

Ao mesmo tempo, encontram-se já em adiantada fase de elaboração dois regulamentos, a aprovar pelo Director da FDUL, que darão o devido enquadramento normativo à actividade em causa, bem como, acrescente-se, à do Centro de Arbitragem e de Resolução de Litígios; um sobre prestação de serviços à comunidade e outro sobre remunerações adicionais dos docentes. Com a respectiva publicação, questões várias aqui pertinentes como a formalização de cada prestação de serviços, os *overheads* devidos à FDUL ou o processamento de pagamentos adicionais a docentes estarão devidamente enquadradas e sujeitas a critérios previamente estabelecidos.

Importa também referir, ainda, que a actividade do GCJ não interfere com os actos próprios dos advogados e dos solicitadores. Nos termos da Lei n.º 49/2004, de 24 de Agosto, respectivo n.º 3 do artigo 1.º, está excepcionada do elenco de actos exclusivos dos advogados e solicitadores «a elaboração de pareceres escritos por docentes das faculdades de Direito». Sendo exactamente este o objecto do GCJ, não se antevê que a sua actividade possa colidir com os actos e tarefas que são próprios e exclusivos das profissões mencionadas.

² Artigo 8.º, alíneas d), e) e f).

³ Aprovados pelo Despacho Normativo n.º 5-A/2013, de 18 de Abril de 2013, publicado no Diário da República, II Série, n.º 77, de 19 de Abril de 2013 (alíneas b) e d) do artigo 4.º).

4. Organização logística

As exigências logísticas do GCJ são muito limitadas. Em rigor, apenas é necessário uma pequena sala para apoio administrativo, a partilhar com o Centro de Arbitragem e de Resolução de Litígios, pelo menos numa primeira fase, e uma sala de reuniões, devidamente equipada.

Na medida em que os docentes da FDUL têm gabinetes próprios, as tarefas efectivas de consultoria não carecem de instalações próprias.

5. Organização de recursos humanos

Os recursos humanos do GCJ dividem-se em três grupos: (i) os docentes da FDUL, (ii) o apoio administrativo, e (iii) os colaboradores.

O primeiro grupo, constituído pelos docentes da FDUL, compreende os consultores propriamente ditos. O objectivo é enviar a todos os docentes da FDUL um convite para, caso queiram, fazerem parte da «bolsa de pareceristas» do GCJ, devendo os mesmos indicar, depois, as suas áreas de especialidade, bem como os formatos de trabalho para os quais se encontram disponíveis (pareceres em sentido estrito, projectos de actos normativos, acções de formação de recursos humanos).

O segundo grupo, e na primeira fase pós-instalação, compreenderá apenas um técnico superior, que fica encarregado do expediente quotidiano e da ligação com o serviço de recursos financeiros da FDUL, conexão relevante, nomeadamente, para efeitos de contabilidade e de processamento de vencimentos.

O terceiro grupo compreende alunos do 2º ciclo e dos dois últimos anos do 1º ciclo que se inscrevam como «colaboradores», sendo afectos a tarefas de preparação da investigação envolvida, como a recolha de jurisprudência, a recolha de materiais legislativos ou outros. Para o efeito, o GCJ convidará também os alunos referidos a inscreverem-se, caso queiram, numa «bolsa de colaboradores», sendo depois escolhidos os que forem necessários para cada tarefa.

6. A «bolsa de pareceristas» e a distribuição de trabalho

O critério principal de distribuição do trabalho que venha a ser solicitado ao GCJ é, claro, o da especialidade dos «pareceristas», na estrita medida em que se trata da elaboração de um documento que deve ter o mais elevado grau de qualidade possível. Todavia, e tendo em conta que há distribuição de remunerações adicionais a docentes, esse critério deve ser profundamente matizado com o da igualdade. Assim, só em casos muito excepcionais, nomeadamente em pareceres sucessivos sobre a mesma matéria ou em casos de especialização muito delimitada e circunscrita, deve o mesmo docente ser solicitado como «parecerista» sem se ter esgotado a distribuição à totalidade dos docentes inscritos na «bolsa».

O que se disse no parágrafo anterior não descarta a atendibilidade da situação em que o Consultante indica logo um ou mais «pareceristas» pretendidos. Nestas situações, parece que deve ser distribuído o trabalho aos docentes indicados pela entidade que solicita o parecer, fazendo-se posteriormente, na melhor medida possível, a compensação na distribuição.

7. O mercado

O GCJ tem a vantagem relevante de ser um serviço de uma entidade pública, com atribuições de investigação no domínio da ciência jurídica. Por essa razão, a sua posição de mercado é, ao que tudo indica, bastante favorável, juntando o prestígio da instituição com o próprio prestígio pessoal dos docentes da FDUL.

O mercado que o GCJ vai procurar captar é, essencialmente, o de outras entidades públicas, actualmente bastante limitadas no seu acesso a serviços externos de consultoria jurídica, bem como o das empresas, nomeadamente as empresas de maiores recursos financeiros, tradicionalmente mais ligadas à solicitação de pareceres.

8. Marketing

Embora o GCJ não vá fazer publicidade aos seus serviços, parece fazer todo o sentido que se realizem actividades vocacionadas para que se dê a conhecer. Para o efeito, e com o novo *branding* da FDUL, serão feitos prospectos para distribuir por entidades públicas e empresas. Prevê-se, tam-

bém, que se possam realizar reuniões de promoção e sessões de apresentação do GCJ em diversas entidades.

9. Cronograma

A sequência de instalação do GCJ é a seguinte:

- elaboração do Regulamento do GCJ, a aprovar pelo Director – até Maio de 2014;
- contratação de um técnico superior – até Julho de 2014;
- constituição da «Bolsa de Pareceristas» e da «Bolsa de Colaboradores» - até Julho de 2014;
- actividades de promoção do GCJ – a partir de Julho de 2014;
- início de actividade efectiva – Setembro de 2014⁴;
- utilização das instalações do GCJ – até Setembro de 2104;

Lisboa, 27 de Abril de 2014



David Duarte
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

⁴ Importa ter em conta que o início de actividade é, em rigor, meramente formal, dado que a FDUL já tem recebido pedidos de prestações de serviços e já há alguns protocolos em execução.



Congresso em honra de Peter Häberle por ocasião do seu 80º aniversário

13 de maio no Auditório
da **Faculdade de Direito**
da **Universidade de Lisboa**

O constitucionalismo do séc. XXI na sua dimensão estadual, supranacional e global

Programa

9 horas - Sessão de Abertura

- Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro (Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)
- Prof. Doutor Jorge Miranda (Presidente do ICJP da FDUL)
- Prof. Doutor Francisco Balaguer Callejón (Presidente da Fundação Peter Häberle, co-organizador do Congresso)
- Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (Presidente do Gabinete Erasmus e das Relações Internacionais da FDUL, co-organizador do Congresso)

9h 30m - Primeira Sessão

A dimensão estadual do constitucionalismo. Direitos, democracia, divisão de poderes, jurisdição constitucional
Presidida por Prof. Doutor Antonio D'Atena.

Intervenientes:

- Prof. Doutor Paolo Ridola
- Prof. Doutor Gregorio Cámara Villar
- Prof. Doutor Markus Kotzur
- Prof. Doutor Angelo Schillaci
- Prof.ª Doutora Lúcia Amaral

11h 30m - Segunda Sessão

A dimensão supranacional do constitucionalismo. A experiência europeia.

Presidida por Prof. Doutor Gomes Canotilho.

Intervenientes:

- Prof. Doutor Francisco Balaguer Callejón
- Prof. Doutor Jörg Luther
- Prof. Doutor Alexandre Viala
- Prof. Doutor Lothar Michael
- Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva

13h 30m

Apresentação do livro

Presidida por Prof.ª Doutora Maria João Estorninho

Intervenientes:

- Prof. Doutor Francisco Balaguer Callejón
- Prof. Doutor Markus Kotzur
- Prof. Doutor Lothar Michael
- Prof. Dr. Jörg Luther

14h 30m - Pausa para almoço

15h 30 - Terceira Sessão

A dimensão supranacional do constitucionalismo
Outras experiências de integração supranacional
Presidida por Prof. Doutor Diego Valadés.

Intervenientes:

- Prof. Doutor Gilmar Mendes
- Prof. Doutor César Landa
- Prof. Doutor Ingo Sarlet
- Prof. Doutor Fausto Vecchio
- Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho

17h 30 - Quarta Sessão

A dimensão global do constitucionalismo
Presidida por Prof. Doutor Fulco Lanchester

Intervenientes:

- Prof. Doutor Stéphane Pinon
- Dra. Mariana Rodrigues Canotilho
- Prof. Doutor José María Porras
- Prof. Doutor Augusto Aguiar
- Prof. Doutor Fausto de Quadros

19h 30 - Sessão de Encerramento

Presidida por Prof. Doutor Jorge Miranda

Conferência de encerramento pelo Prof. Doutor Peter Häberle



Universidad de Granada
EISG
European Integration and Globalization
Centre of Excellence



Gabinete Erasmus e das
Relações Internacionais
Faculdade de Direito da
Universidade de Lisboa



Fundación Peter Häberle

ICJP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS
JURÍDICAS E POLÍTICAS



Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade 1649-014 Lisboa
Tel.: 217 820 265 E-mail: icjp@fdul.pt

www.icjp.pt

f t in @icjp

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Científico da
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa,

Rui Guerra da Fonseca e Nuno Cunha Rodrigues, ambos professores auxiliares desta Faculdade, respectivamente, do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, e do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas, vêm expor e requerer a V. Exa. o seguinte:

1. A oferta de disciplinas leccionadas em língua inglesa na nossa Faculdade é ainda reduzida, apesar do apelo do Senhor Director. Sem prejuízo de outras propostas que vêm sendo estudadas no sentido de inverter essa tendência, para efeitos de internacionalização do ensino do direito pela nossa Faculdade, este défice faz-se já sentir com particular intensidade ao nível do Programa *Erasmus* e do Mestrado *Erasmus Mundus*. Com efeito, aos alunos de *Erasmus*, neste momento, a Faculdade apenas oferece a leccionação em inglês das disciplinas de Contencioso Administrativo e Tributário, Direito Comparado, e Direito do Ambiente. Sucede, no entanto, que os alunos de *Erasmus* procuram frequentemente outras disciplinas, cuja leccionação em inglês não é oferecida, sendo então necessário, para os acolher, encontrar outras soluções.
2. Neste sentido, foi proposto ao Senhor Presidente do Gabinete *Erasmus* e de Relações Internacionais, Professor Doutor Vasco Pereira da Silva, que indagasse, junto dos Decanos / Presidentes dos vários Grupos Científicos, quais as disciplinas integradas nos vários mestrados profissionalizantes existentes que cada Grupo estaria disponível para leccionar em inglês, paralelamente à respectiva leccionação em português, e quais os docentes que assegurariam essa mesma leccionação para efeitos de composição e distribuição do serviço docente para o ano lectivo de 2014-2015. Seria assim possível criar uma oferta de leccionação em língua inglesa diversificada, nomeadamente, face aos cursos intensivos que a nossa Faculdade tem promovido, e pese embora o elevado sucesso destes, respondendo ao apelo do Senhor Director da FDUL.

3. Considerando que o número de alunos inscritos no Programa *Erasmus* e no Mestrado *Erasmus Mundus* nunca é muito elevado, mas que a oferta que agora se propõe é fundamental para o incremento da internacionalização da Faculdade (podendo, igualmente, ter um papel muito importante na preparação de uma futura oferta de leccionação de disciplinas em inglês mais sustentada), o que se solicita a V. Exa. é que seja colocada à consideração do Conselho Científico a possibilidade de que estas turmas leccionadas em inglês (integradas no mestrado profissionalizante) funcionem excepcionalmente com um número mínimo de 5 alunos, e não de 15, como em regra exigido para as turmas do mestrado profissionalizante.

E.D.

Os signatários,

Rui Guerra da Fonseca

Nuno Cunha Rodrigues

Lisboa, 28 de Abril de 2014

O Conselho Científico aprovou o Parecer que a uma reunião da Assembleia do Conselho Científico, realizada em 20 de Outubro de 2014, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade nas reuniões de 20.04.2014.

Mário António Alves
(Presidente do Conselho Científico)

Parecer

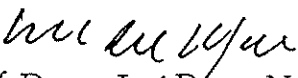
1. A Prof.^a Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Alves, contratada como Professora Auxiliar em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental do 1.º Grupo, Ciências Histórico-Jurídicas, com início em 27 de Outubro de 2009, requereu ao Conselho Científico a avaliação da actividade específica desenvolvida no período experimental para efeitos de manutenção do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em regime de *tenure* nos termos do art. 19.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária. Apresentou para tal o correspondente Relatório de Actividade
2. O Conselho Científico encarregou os Professores José Duarte Nogueira e António Pedro Barbas Homem da redacção de Parecer acerca deste pedido, prévio à respectiva deliberação. É este Parecer que se apresenta de seguida.
3. Dispõe o art. 19.º, n.º 3, do Estatuto da Carreira Docente Universitária, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, que
Findo o período experimental, e em função de avaliação específica da actividade desenvolvida realizada de acordo com critérios fixados pelo órgão legal e estatutariamente competente da instituição de ensino superior, o contrato passa a contrato por tempo indeterminado em regime de tenure.
4. Tomando em consideração o disposto no ECDU, são, em geral, funções dos docentes universitários, a actividade científica, a actividade pedagógica e outras actividades relevantes para a missão da Universidade. Na primeira inclui-se a investigação científica e a criação cultural em geral; na segunda a docência; na terceira a extensão universitária, a gestão e a colaboração nas tarefas atribuídas pelos órgãos da Universidade. É, portanto, tendo em conta estes elementos e o acima referido acerca do enquadramento normativo que no presente Parecer se toma em consideração a investigação científica produzida, o serviço docente prestado, e as tarefas de extensão e de gestão universitária da requerente.
5. Na primeira vertente (actividade científica) de acordo com o *Curriculum Vitae* junto, no período em apreço a Prof. Sílvia Alves concluiu e publicou vários trabalhos de investigação científica, merecendo realce:
a) o capítulo *A pena de morte no pensamento jurídico setecentista* no livro "História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva", ed. Atlas, S. Paulo (Brasil) 2012; o artigo *Infirmas sexus, animi levitas*, na Revista "Duc in Altum", vol. 4, nº 6 (2012), CIHJUR, Recife (Brasil) e *Lei e arbitrium iudicis*, na "Revista Académica" vol. 85 (2013), Universidade Federal de Pernambuco; o artigo *O Direito de agraciar* in "Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque", vol. II, Coimbra Editora, Lisboa 2010; a recensão da obra de Maria Teresa Bouzada Gil, *La via de la fuerza*, Santiago de Compostela 2001, in "Revista on line" do Instituto de Historia do Direito e do Pensamento Político, nº 1 (2010), Faculdade de Direito da

Universidade de Lisboa; o prefácio ao livro de Lúcio Luiz Isidro da Silva, *Do Direito Penal Clássico ao Direito Penal Económico*, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro 2013; os verbetes bio-bibliográficos respeitantes aos Profs. José Ludgero Soares das Neves e Giuseppe de Vergottini, no vol. II da obra colectiva *A Faculdade de Direito de Lisboa no seu Centenário*, Lisboa 2013;

- b) o envio para publicação de três outros trabalhos, neste momento a aguardar ;
 - c) a participação em nove conferências científicas (quatro em Portugal e cinco em universidades estrangeiras); a participação como organizadora, em três congressos científicos (um em Portugal e dois no estrangeiro); a participação como membro do Conselho Redactorial de duas revistas jurídicas publicadas no âmbito universitário, sendo uma estrangeira.
 - d) a participação como membro activo, em quatro Institutos, Centros e Redes de Investigação ligadas à investigação científica, dos quais um estrangeiro e outro internacional.
 - e) a intervenção como orientadora em duas dissertações de doutoramento, sendo uma de candidato estrangeiro e em quatro dissertações de mestrado, sendo duas de candidatos estrangeiros.
6. No plano pedagógico, durante o período em apreço a Prof^a Sílvia Alves assumiu:
- a) a regência das disciplinas de História do Pensamento Jurídico e Sociologia do Direito nas turmas A, B e PL, no Curso Geral; a regência das disciplinas de Filosofia do Direito e Metodologia Jurídica no Curso de Mestrado; a regência da disciplina de Filosofia do Direito no Curso de Doutoramento, todas na Faculdade de Direito.
 - c) a arguição de oito dissertações de doutoramento, mestrado e pós-doutoramento realizadas na Faculdade
 - d) a participação como vogal em vinte e seis júris realizados na Faculdade e num em outra universidade nacional.
7. No plano da extensão universitária, a Prof^a Sílvia Alves participou no Gabinete Erasmus e no Instituto de Cooperação Jurídica, colaborou ao serviço da Universidade de Lisboa, em Universidades de Guiné-Bissau, Angola Cabo Verde, China e leccionou como professora visitante em oito cursos universitários de pós-graduação, seis em Portugal e dois no estrangeiro, na Universidade Federal de Pernambuco e na Universidade Pontifícia de Rio Grande do Sul.
8. No plano da gestão e da colaboração em tarefas atribuídas pelos órgãos da Universidade, a Prof^a Sílvia Alves desempenhou funções institucionais com elevada dedicação e competência, como Secretária do Conselho Científico e membro suplente do mesmo órgão, como Vice-coordenadora do Gabinete Erasmus, como Vice-presidente do Instituto do Direito Brasileiro, como vogal do Conselho Pedagógico e como coordenadora do Convénio entre a Faculdade de Direito e a Academia Militar

9. Em face dos elementos referidos, estamos portanto em condições de proceder a um juízo acerca do pedido da requerente de contratação por tempo indeterminado e em regime de *tenure*, concluindo-se que, pela dedicação ao serviço da Universidade de Lisboa, quer nos seus órgãos de governo quer na extensão universitária, pela qualidade das publicações científicas e pela prestação de serviço docente em diversas disciplinas em Portugal e no estrangeiro no período em apreço, estão plenamente cumpridos os pressupostos respectivos.
10. Nestes termos e considerando que estão plenamente cumpridos os requisitos legais, os signatários propõem a contratação por tempo indeterminado e em regime de *tenure* como Professora Auxiliar, da Prof^a Sílvia Isabel dos Anjos Alves.

Lisboa, 17 de Março de 2014


Prof. Doutor José Duarte Nogueira


Prof. Doutor António Pedro Barbas Homem

Aprovado na reunião do Conselho Científico de 30.04.2014

Manuel Afonso Borges
(Presidente do Conselho Científico)

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Científico da

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Exmo. Senhor Professor Doutor Pedro Pais de

Vasconcelos

Paulo Manuel Mello de Sousa Mendes, Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, orientador de doutoramento de Mestre João Manuel Gouveia de Caires, Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, do Grupo de Ciências Jurídicas, admitido a doutoramento com o tema de tese "As novas tecnologias e a prova em processo penal – Novo paradigma dos meios ocultos?", vem apresentar o seu parecer relativo ao pedido de prorrogação de contrato ("biénio") apresentado pelo doutorando.

O doutorando, após ter delimitado o tema, procedeu à divisão da sua dissertação em duas grandes partes. Numa primeira parte, de cariz dogmático e conceptual, procura elencar as características dos meios ocultos, os princípios que os regem, em especial no tocante aos meios ocultos com recurso a novas tecnologias, concluindo esta primeira parte com os limites daqueles meios. Numa segunda parte, de carácter procedimental, o doutorando está a procurar delimitar a operacionalidade de alguns dos meios ocultos de investigação criminal, nomeadamente o regime das vigilâncias, das escutas ambientais e da videovigilância, assim como dos fluxos de informação e comunicacionais.

A investigação da doutrina e jurisprudência realizada pelo doutorando é já bastante extensa, fruto de uma estada no *Max-Planck-Institut für ausländisches und*

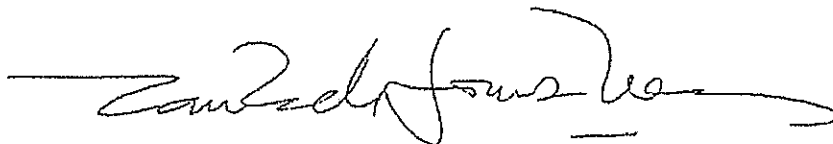
Aprovado por um biénio a
prorrogação do contrato em 30.4.2014, dado 5 na
GR 1615/2014 de 9.4.2014 por parecer do

internationales Strafrecht, em Freiburg i. Br., o que só foi possível graças à dispensa de serviço docente de que goza atualmente.

Não obstante o adiantado estado da investigação, necessitará, no entanto, de mais tempo para completar a análise do acervo recolhido e bem assim para concluir a respetiva tese de Doutoramento.

O nosso parecer é, pois, favorável ao requerimento do doutorando.

Lisboa, 29 de abril de 2014

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Paulo Manuel Mello de Sousa Mendes', with a long horizontal stroke extending to the right.

(Paulo Manuel Mello de Sousa Mendes)